



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 581 - DE 17 DE FEVEREIRO A 3 DE MARÇO DE 2019 - R\$ 4,00

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!

Organizar a greve geral

O governo divulgou o projeto de reforma da Previdência. A esperada economia de mais de 1 trilhão de reais será obtida com maior sacrifício dos assalariados. Os banqueiros e demais capitalistas poderão dormir tranquilos, sabendo que os seus interesses estão protegidos. Os credores da dívida pública comemoram. A maioria explorada geme e range os dentes. É preciso derrubar nas ruas e com a greve geral a violenta reforma de Bolsonaro-Guedes.

**Que as centrais rejeitem integralmente a reforma
do governo antinacional e antipopular**

Que convoquem as assembleias por todo o País

**Que constituam a frente única de ação direta
contra o governo e suas reformas**

VENEZUELA

**Trump, Guaidó e Ivan Duque
preparam a intervenção na Venezuela
Fora o imperialismo!**

**Pela autodeterminação da nação oprimida!
Pôr em pé uma frente única anti-imperialista de massa
para enfrentar a intervenção dos Estados Unidos**



Um poderoso movimento nacional poderá quebrar a violenta ofensiva da burguesia

A tão aguardada reforma da Previdência dá um passo decisivo. Os seus fundamentos antioperário e antipopular constituem a coluna dorsal do recém divulgado projeto Bolsonaro-Guedes. Logo mais passará pelas negociatas no Congresso Nacional. O resultado final, sem dúvida, será desastroso para a maioria oprimida. A burguesia e seu novo governo já contam com a vitória. Isso se deve à desorganização da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia urbana arruinada e da juventude.

Há, no entanto, tempo para reverter a desvantagem dos explorados. Basta que, imediatamente, as centrais sindicais e os movimentos deixem de seguir as manobras do governo, e se coloquem pela organização da luta nacional. Os explorados estão apreensivos e prontos para ouvir e acatar a voz de um comando que sinceramente esteja pela derrubada da reforma. A desconfiança nas direções que desarmaram a greve geral de 28 de abril de 2017 é grande, mas a necessidade da luta é ainda maior. Há como a classe operária tomar a iniciativa política e unificar a maioria oprimida. Basta que, imediatamente, os sindicatos, as organizações camponesas, populares e estudantis convoquem as assembleias e constituam os comitês de base. Os explorados atenderão o chamado das assembleias e da organização dos comitês. É preciso, porém, que as direções sindicais, camponesas, populares e estudantis lancem uma campanha decisiva nas fábricas, nos demais locais de trabalho, no campo, nos bairros e nas escolas. Há, também, como ganhar a confiança dos trabalhadores. Basta que as direções deixem de enganar com manobras, negociatas e aproximação com o governo. É necessário deixar claro que a luta não é para melhorar uma reforma que é impossível de ser melhorada. Os explorados não se jogarão ao combate para conseguir o ruim daquilo que é péssimo. Não querem ser enganados por deputados e senadores, que estão a serviço dos banqueiros e demais capitalistas. As direções devem erguer a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”.

Bolsonaro conta a seu favor, diferentemente de Temer, o fato de ter sido eleito e derrotado o PT. Tem a vantagem de ter o apoio de boa parte dos deputados e senadores. Comparece diante da população como o salvador da economia, dos empregos e dos salários. A campanha sistemática nos meios de comunicação para que a reforma da Previdência seja aprovada leva água ao moinho do governo mascarado de benevolente. Essa composição de forças burguesas pesa contra a consciência de classe dos explorados e a sua disposição de luta. O principal, porém, está em que as direções

sindicais, camponesas, populares e estudantis reforçam esse peso, com a política de conciliação de classes.

Nem tudo na política burguesa favorece o recém empossado governo. Bolsonaro e seus generais não puderam manter seus disfarces, que serviram para arrastar a maioria da população nas eleições. As denúncias prematuras de corrupção vêm abalando a governabilidade. O envolvimento de Flávio Bolsonaro com a milícias do Rio de Janeiro mancharam irremediavelmente o governo, que foi eleito com a cruzada anticorrupção. Um de seus homens fortes, o deputado Onyx Lorenzoni, foi denunciado por crime de desvio de dinheiro. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gustavo Bebianno, braço direito de Bolsonaro na campanha eleitoral, caiu em desgraça. Isso para citar alguns casos mais comprometedores politicamente. Os larápios e aproveitadores estão no seio do governo Bolsonaro. O ex-juiz Sérgio Moro já não se porta como severo justiceiro. Na condição de ministro da Justiça e da Segurança Pública torna-se convivente com a família Bolsonaro, ao se fazer de desentendido diante das denúncias de vínculo de Flávio Bolsonaro com os temidos milicianos. A burguesia e os generais procuram tapar os buracos do governo. Os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado pedem cautela e organização no Palácio do Planalto, para não pôr em risco a aprovação da reforma da Previdência.

Era esperado que o governo ultradireitista se chocasse rapidamente com a maioria oprimida. Mas, não se esperava a explosão de uma crise tão grave logo nos primeiros dias de governo. O corre-corre no poder do Estado e na imprensa para estancar a crise indica que é mais profunda do que se imagina. Essa circunstância inesperada favorece a luta dos explorados contra a reforma da Previdência. Bolsonaro constituiu um governo tão corrupto quanto os anteriores. É isso que as direções dos movimentos e a vanguarda revolucionária devem evidenciar para as massas. É esse governo corrupto que está para impor a violenta reforma da Previdência. Foi o governo golpista e corrupto de Temer que impôs a reforma trabalhista e a lei da terceirização. Ocorre que a camarilha sindical burocrática, responsável por organizar a luta nacional, faz parte da decomposição geral da política burguesa.

É preciso que a vanguarda empenhada na defesa dos explorados e a militância das correntes de esquerda se organizem em uma frente de combate ao governo e à política de conciliação de classes das direções venais. Que se convoquem as plenárias para definir as bandeiras, e organizar um pólo de independência de classe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Reforma da Previdência já começou, antes mesmo da votação

Um decreto de Jair Bolsonaro, de 8 de fevereiro de 2019, traz a seguinte resolução: “*Transfere dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União para diversos órgãos do Poder Executivo federal, para encargos financeiros da União e para transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 606.056.926.691,00.*” (negrito nosso).

Anexo ao decreto, uma série de planilhas mostra para onde vai cada fatia desse rearranjo de recursos de orçamento. Com as mudanças de ministérios, alguns recursos serão realocados. Mas, grande parte dos destinos dos R\$ 606 bilhões irá para setores que nada têm a ver com a Previdência. A começar por pagamentos de “encargos financeiros”. Mas há também ajuda a programas de privatização (PPPs), ou seja, privatização paga com dinheiro público e previdenciário. Subsídios a setores empresariais. Sustento de todo tipo de programas governamentais (tecnológicos, de ajuda ao agronegócio, etc.). Pagamento de decisões judiciais do governo federal (indenizações, pensões a familiares de presos políticos).

Pelo decreto, rearranjou-se quase 80% do total de verbas orçamentárias da Previdência para 2019. Nos últimos anos, a média de confisco do orçamento previdenciário para outras pastas era de 30%, por meio das DRUs, criadas por FHC, com o propósito de descumprir as metas mínimas de gastos constitucionais para saúde, educação, Previdência. O novo governo dá um salto em favor do capital financeiro internacional e do grande capital nacional.

Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, se antecipam à votação da reforma da Previdência no Congresso. Traço típico de um governo ditatorial, que já trabalha com os recursos que serão cortados das aposentadorias, e com os aumentos dos descontos dos salários do funcionalismo.

Para a aprovação da reforma, o governo tem jogado com a tática do “bode na sala”: primeiro, anuncia medidas bem ofensivas; depois, recua parcialmente para aparentar capacidade de concessão. Jogou na imprensa a aposentadoria aos 65 anos para homens e mulheres, a progredir de acordo com a expectativa de vida (as mulheres teriam de trabalhar mais que os homens para se aposentar) – depois, Bolsonaro reapresentou sua tese de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Jogou na imprensa uma reforma que atinge também os militares, com o aumento do tempo exigido de 30 para 35 anos de serviço e mínimo de 65 anos; depois, retirou os 65 anos. Consta na proposta do governo a ampliação do desconto dos salários do funcionalismo, esboça-se 14% dos salários.

No Congresso, vai pressionar os parlamentares a votarem junto ao governo, por meio das ameaças de cortes orçamentários e chantagens aos governadores dos estados. Com a quase falência

decretada em grande parte deles, a alternativa será se colocarem como peões das posições bolsonaristas. Negocia com os rearranjos de recursos, desde que sejam capazes de manter o custo do parasitismo financeiro, decorrente dos juros/serviços da dívida pública, e que se abra o caminho para a capitalização, que agradará aos bancos. Os obstáculos, ainda que limitados, dentro do parlamento, que poderiam se apresentar, são e serão removidos (por exemplo, o golpe dado na eleição da presidência do Senado em Renan Calheiros pelos bolsonaristas).

Apesar da enorme crise política, que o envolve em denúncias quase que diárias, o governo se encontra numa posição confortável diante das massas, para prosseguir com as reformas antinacionais e antipopulares ditadas pelo governo Temer. Isso porque as direções das organizações de massa (Centrais, MST, UNE, MTST, sindicatos, etc.) não têm organizado a resistência de massa às reformas, em geral, e a da Previdência, em particular. A fraude eleitoral orquestrada nas três semanas que antecederam o 2º turno das presidenciais, que apregoava que a vitória de Bolsonaro significaria a imposição do fascismo, e que Haddad era uma candidatura antifascista, arrastou as esquerdas de todo naipes a se submeterem ao eleitoralismo barato. Não se moveu uma palha para organizar os movimentos para enfrentarem com seus métodos próprios de luta as tendências direitistas que se apresentavam e suas reformas reacionárias. O resultado disso é o atual desarme das massas diante de um governo em crise permanente e, apesar disso, com toda força para fazer aprovar as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional, e principalmente pelo governo Trump.

A UGT e a Força Sindical já tinham sinalizado a disposição de negociar a reforma da Previdência com o governo. O que significa discuti-la no campo determinado por Bolsonaro/Guedes, de ataque aos direitos e salários. Agora é a vez da CUT se colocar pela negociação.

As greves que acontecem no momento se colocam todas elas contra as reformas trabalhista e da Previdência. As reivindicações adquirem um caráter geral pelo próprio conteúdo, mas são tratadas de forma corporativa, invertendo seu papel de unidade nacional das massas de luta contra os capitalistas e seu governo. O caráter embrionário do partido revolucionário é o grande problema para o proletariado, que fica a mercê das direções conciliadoras e burocráticas, desde a esquerda até a direita.

A vanguarda revolucionária deve se colocar diante dos movimentos, defendendo as bandeiras de unidade e independência de classe, os métodos próprios da luta de classes, a formação da frente única anti-imperialista, e o objetivo estratégico próprio de poder do proletariado.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes! Organizar a greve geral

15 de fevereiro de 2019

A campanha da burguesia para impor aos trabalhadores a reforma da Previdência cumpriu sua primeira etapa. Unificou boa parte das forças políticas em torno do argumento de que uma nova Previdência é necessária para retirar o Brasil da crise econômica e garantir a continuidade do pagamento das aposentadorias e pensões. Essa unidade é necessária para que não aconteça de não ser aprovada no Congresso Nacional, como se passou com a reforma de Temer.

A vitória de Bolsonaro reergueu a frente burguesa para aprovar imediatamente o novo projeto montado pelo ministro Guedes. O pedido de urgência do capital financeiro, propagado na forma de campanha diária nos meios de comunicação, foi atendido. Da-

qui para frente, a campanha entrará na fase de convencimento da população para que apoie os parlamentares favoráveis à reforma. Primeiro, Guedes vazou para a imprensa um esboço de alterações super violentas. Depois, Bolsonaro compareceu como um benévolo reformador. Uma manobra tão grosseira como essa reflete o receio do governo de um repúdio generalizado da maioria que trabalha e vive de seu suor.

Palavreado de justiça para os pobres e fim dos privilégios dos ricos não consegue ocultar o objetivo de sacrificar os assalariados para proteger os banqueiros e demais capitalistas. A maioria oprimida há tempo vem pressentindo o perigo e tem a certeza de que suas vidas vão se tornar ainda mais infernais. Ninguém quer que

seja aumentada a idade mínima, o tempo de contribuição e a redução dos ganhos. Ninguém quer a diminuição da distância entre homens e mulheres no critério de aposentadorias. Ninguém quer se submeter à regra de transição que ano a ano vai piorando as condições para se alcançar a miserável aposentadoria. Ninguém quer que os milhões, que mal têm o que comer a vida toda, estejam sujeitos à esmola menor que o salário mínimo de uma assistência social. Ninguém quer que os camponeses pobres estejam na dependência de uma aposentadoria menor que o salário mínimo de fome. São tantas as armadilhas a serem denunciadas e rejeitadas. Mas, a principal delas ainda está por ser desmascarada. Trata-se da implantação do sistema de capitalização. Livra-se o patronato de contribuir com a aposentadoria de seus empregados, e isenta o Estado de qualquer responsabilidade. Os banqueiros estão sedentos em utilizar a capitalização. Por todos os lados, a reforma da Previdência joga água no moinho dos exploradores.

A burguesia se une para cumprir a meta de ajuste fiscal e de garantia de pagamento da gigantesca dívida pública. Une-se politicamente para descarregar a crise capitalista sobre as massas. O problema está na falta de união dos explorados. A sua união depende da resposta política à união da burguesia. O que quer dizer que depende das direções dos sindicatos e dos movimentos camponês, popular e estudantil. Ocorre que essas direções mantêm os explorados individualizados, atomizados, desorganizados e divididos. A união da burguesia para impor a reforma da Previdência depende da desunião da maioria explorada. A política burguesa, ao mesmo tempo em que une suas forças minoritárias, age para desunir as forças majoritárias da classe operária e demais explorados.

A burocracia sindical e as demais direções dos movimentos, adaptadas ao capitalismo, servem de correia de transmissão da política divisionista. Isso explica por que as centrais, os sindicatos e os movimentos sempre correm atrás da política burguesa, daquilo que planeja seus governos e do que realiza o Congresso Nacional. É o que está acontecendo, concretamente, com o andamento da reforma da Previdência. Todos ficaram aguardando a divulgação do projeto bolsonarista, e esperam participar das discussões no Congresso Nacional. O encontro das maiores centrais, CUT, Força Sindical, UGT, com o general Hamilton Mourão é um sintoma da paralisia e da dependência dos burocratas diante do que o governo vem fazendo. Essa camarilha colaboracionista não rechaça a reforma da Previdência. Aceita o argumento burguês de que é preciso alterar as condições para os explorados se aposentarem. O que querem, portanto, é participar da elaboração de um projeto, que supostamente atenderia pelo menos em parte os interesses dos trabalhadores. O seu raciocínio é o seguinte: se é preciso uma reforma da Previdência, que se faça com a contribuição dos sindicatos e movimentos. Essa conduta servil e capituladora já se fez presente em todas as reformas antinacionais e antipopulares, promovidas pelos governos da “redemocratização”. O ponto alto dessa política colaboracionista se deu nos próprios governos de Lula e Dilma, quando fizeram as suas reformas da Previdência.

A única forma de combater e derrotar a ofensiva da burguesia e seu governo é denunciar, logo de início, que tal reforma serve inteiramente aos interesses dos banqueiros, credores da dívida pública e exploradores da força de trabalho. Em seguida, rejeitar de conjunto qualquer que seja o projeto de reforma. Caso contrário, a burguesia usará a política e colaboração de classes a seu favor. A burocracia sindical, ao se colocar como intermediária entre exploradores e explorados, bem como negociadora, está obrigada a dividir as massas e a desviar os seus instintos de revolta. É o que aconteceu com a reforma trabalhista de Temer. É o que vem acontecendo agora com a reforma da Previdência de Bolsonaro. É bom

lembrar que a CUT, Força Sindical, UGT, CGT, principalmente, desmontaram o movimento nacional de março e abril de 2017, que culminou com a greve geral no dia 28 de abril. A tática de ameaçar o governo com a mobilização, e depois recuar para negociar, leva, inevitavelmente, à derrota. É bom ainda lembrar que a Força Sindical e a UGT negociaram com Temer para que não se extinguisse o imposto sindical. Fizeram o papel de capachos da ditadura civil, que acabou não cumprindo o miserável acordo.

As centrais, o PT e seus seguidores reconhecem a legitimidade de Bolsonaro para pôr em marcha a reforma da Previdência, uma vez que foi eleito. Divergem, tão somente, do fato deste não incorporar os dirigentes sindicais e dos movimentos nas discussões do que entra e do que não entra na reforma. A crítica ao autoritarismo é completamente inútil para a causa dos oprimidos. É típica de quem está de joelhos diante da porta do poder e implora pela entrada. Essa conduta se contrapõe às tendências de luta da classe operária e demais explorados.

Nem bem Bolsonaro foi eleito e já sente que aqueles que trabalham e criam as riquezas, apropriadas pela burguesia, não o elegeram para desfechar tamanho ataque às suas vidas. O que quer dizer que as ilusões eleitorais começam a desmoronar precocemente. A necessidade e a disposição das massas de reagirem à reforma de Bolsonaro-Guedes está à flor da pele. A burocracia sindical, o PT e aliados sabem que a crise política permanece, e tende a uma maior polarização entre os explorados e seus escravizadores. Sentem o tremor sob seus pés. Sabem de sua responsabilidade, perante a burguesia, o governo eleito e o Congresso Nacional, como instrumento da conciliação de classes. Sabem de sua responsabilidade em evitar um levante dos explorados, que ultrapasse os limites da democracia burguesa, e da contenção da luta de classes. É nessa política divisionista que reside a fraqueza do movimento operário, camponês e estudantil, e não na força da unidade burguesa em torno da reforma de Bolsonaro-Guedes.

A reforma da Previdência completa a reforma trabalhista e a lei da terceirização. De conjunto, permitirão aos capitalistas aumentarem a exploração do trabalho e ao Estado sustentar a dívida pública, e aumentar os recursos destinados aos grupos empresariais. Os governos não têm feito outra coisa, senão destruir antigas conquistas trabalhistas e previdenciárias. Em vez de avançar a melhoria das condições de trabalho e existência da maioria, regredem ao ponto da barbárie social. Os reformistas se tornaram advogados da redução da distância entre ricos e pobres. Mas, o capitalismo em decomposição segue o caminho inverso. A burguesia imperialista encarna o movimento reacionário das contrarreformas. Movimento que se impõe aos países semicoloniais marcados pelo atraso e pela miséria das massas. O governo Temer e Bolsonaro seguem, nesse sentido, as ordens do capital financeiro. Somente a luta implacável do proletariado, empunhando o seu programa, se abrirá uma etapa de resistência.

É preciso lutar pela derrota integral da reforma da Previdência. A bandeira que corresponde é de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Derrotemos mais essa ofensiva da burguesia e seu governo. A vitória contra a reforma da Previdência fortalecerá a unidade dos explorados na sua resistência à reforma trabalhista e à terceirização. Que as centrais sindicais e os movimentos rompam com a política de conciliação de classes de suas direções. Que se coloquem imediatamente pela organização da greve geral. Que os sindicatos e demais organizações convoquem as assembleias e organizem os comitês de base. Que, unidos em uma frente única de ação direta, marchem contra o governo antinacional antipopular de Bolsonaro.

Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!

O POR fez campanha contra a reforma da Previdência na porta de fábricas por meio do Boletim Nossa Classe. Publicamos abaixo

Que as centrais e os sindicatos organizem, imediatamente, a luta contra a reforma da Previdência

Os sindicatos e as centrais (CUT, Força Sindical, CTB, etc.) não podem ficar sem fazer nada diante da violenta reforma da Previdência. Não basta apenas denunciar. É preciso organizar imediatamente o movimento pela derrubada da reforma da Previdência. Desde já, está colocada a necessidade de preparar a greve geral. Uma greve geral mais forte e mais bem organizada que a de 28 de abril de 2017, que fizemos contra as reformas da Previdência e trabalhista de Temer.

Como preparar a greve geral? 1) que os sindicatos convoquem as assembleias e façam uma grande campanha nas

fábricas; 2) que a luta comece pela bandeira bem clara de: Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes; 3) que se formem os comitês de luta em todo o País; 4) que se convoquem plenárias intersindicais; 5) que se organizem como ponto de partida as primeiras manifestações de rua.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem de seus sindicatos uma resposta imediata aos ataques do governo à Previdência. Nas fábricas, devemos abrir a discussão com nossos companheiros, lendo e divulgando o Boletim Nossa Classe.

Tem de ser um grande movimento nacional em defesa de nossas vidas

O governo, a televisão, o rádio e os jornais estão fazendo uma enorme campanha para convencer a população de que a reforma da Previdência vai ser boa. Dizem que impulsionalará a economia e trará empregos. Na verdade, servirá para manter o pagamento a gigantesca dívida pública e, assim, os banqueiros continuarem ganhando rios de dinheiro, com os juros.

Os trabalhadores, ao contrário, terão de trabalhar mais e contribuir mais tempo com a Previdência, para conseguir uma minguada aposentadoria. Os ricos continuarão com seus

privilégios, e os pobres engolidos pela miséria. Está aí por que os explorados têm de dizer: **não queremos nenhuma reforma da Previdência**. A reforma de Bolsonaro-Guedes serve apenas aos banqueiros e demais exploradores.

O Boletim Nossa Classe convoca os operários e demais trabalhadores a se unirem em torno da bandeira de "Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes". Não vamos arcar com o pagamento da dívida pública. Que não se pague mais essa dívida. Que os trabalhadores não sejam sacrificados para os capitalistas se enriquecerem.

Estamos pagando pela crise econômica do capitalismo apodrecido

Dia a dia, sentimos na carne o corte, cada vez mais profundo, provocado pela reforma trabalhista e pela terceirização. Diminuíram os empregos com carteira assinada, aumentou o trabalho temporário, os pisos salariais estão sendo rebaixados, os patrões já não fazem acordos coletivos e têm total liberdade para demitir. Bolsonaro pretende avançar ainda mais as reformas de Temer. O Ministério do Trabalho foi extinto, e logo

mais acabará com a Justiça do Trabalho.

Nos próximos meses, virá a reforma da Previdência. Assim, o governo burguês descarrega a crise do capitalismo sobre as costas de quem trabalha e já vive na pobreza.

O Boletim Nossa Classe luta para que os sindicatos e as centrais combatam, ao mesmo tempo, a reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da Previdência.

O Boletim Nossa Classe denunciou o acordo aprovado na GM de São José dos Campos. O que se passou na GM é o mesmo que se passa na Ford do ABC. Defendeu a necessidade de organizar a resistência para enfrentar esses acordos, que visam tão somente a implantação da reforma trabalhista. E a defesa do controle operário da produção.

GM ataca duramente os operários

A montadora impôs aos metalúrgicos a redução do piso salarial, nenhum reajuste em 2019, redução do adicional noturno, fim dos limites para as horas-extras, fim da estabilidade para os acidentados e acometidos por doença profissional para os novos contratos, redução do tempo de auxílio previdenciário aos lesionados, e aumento da jornada de trabalho. A GM aproveita a reforma trabalhista para reduzir salário, aumentar a jornada e quebrar direitos. Com menos operários, salários menores, menos encargos trabalhistas, a GM aumentará sua lucratividade.

O Boletim Nossa Classe denuncia esse acordo maldito e

luta para que os sindicatos organizem a resistência para bre-car esses ataques.

Por que a GM colocou os operários de joelhos?

Os sindicatos metalúrgicos de São José dos Campos, São Paulo e Gravataí não foram capazes de se unir contra a violência da GM. Mais ainda, a CUT e a Força Sindical não organizaram o conjunto dos metalúrgicos para apoiar os operários da GM. Assim, a assembleia dos metalúrgicos de São José caiu de joelhos, diante do plano da poderosa montadora norte-americana.

O Boletim Nossa Classe denuncia a incapacidade e a co-

vardia das direções sindicais, que acabaram aceitando o acordo e jogando a responsabilidade sobre a assembleia.

Acordo sem luta é derrota

A classe operária deve rejeitar a justificativa da direção do sindicato metalúrgico de São José, de que a responsabilidade pelo acordo coube à assembleia. Rejeitar, também, o argumento de que negociou com a GM, defendendo os empregos. A direção é responsável pelo acordo sem luta e, portanto, pela derrota dos trabalhadores. Há muitos anos, o sindicato é dirigido pela CSP-Conlutas. Sabia que a GM vem destruindo sistematicamente antigas conquistas trabalhistas. Primeiro, cedeu o anel e, agora, entregou os dedos.

O Boletim Nossa Classe responsabiliza as direções sindicais pelos acordos sem luta. Os trabalhadores se dispõem a combater, se confiarem na firmeza de sua direção, e tiverem claras as reivindicações.

Lutemos pelo controle operário da produção

As multinacionais vêm impondo aos operários brasileiros a flexibilização capitalista do trabalho. Isso significa reduzir sa-

20 de fevereiro - Assembleia Nacional Popular

Aprovar a greve geral

A reforma da Previdência de Bolsonaro será a destruição do direito de aposentadoria

A reforma previdenciária do ultradireitista Jair Bolsonaro já está sendo anunciada em fragmentos. No entanto, as linhas gerais todos já conhecem: aumento da idade mínima para se aposentar (65 homens e 62 mulheres); redução do período de transição para que a reforma atinja a maioria dos trabalhadores (10 anos homens e 12 anos mulheres), exigência de contribuição no mínimo de 40 anos; implantação do sistema de capitalização, que obrigará os trabalhadores a custearem sua própria aposentadoria, desobrigando os patrões e os governos de sua fatia de contribuição.

É fato que, caso essa reforma seja aprovada pelo Congresso, tanto os trabalhadores que estão em atividade como aqueles que ainda entrarão no mercado de trabalho, sofrerão as penalidades. Os 34,3 milhões de trabalhadores informais (sem carteira assinada), serão os mais prejudicados. Estes já não conseguem contribuir com o atual sistema de Previdência, o que dirá com o sistema de capitalização. Os trabalhadores que estão empregados, com carteira assinada, sofrerão com as regras de transição e terão de trabalhar ainda muitos anos, mesmo que estejam às portas da aposentadoria. As mulheres, além de ter sua idade de aposentadoria ampliada, continuarão com salários menores e com a dupla jornada de trabalho. As que recebem pensão terão, segundo as informações, a redução de até 40% nos valores que recebem.

Todos os sindicatos e centrais são unânimes em afirmar que o projeto de reforma do governo Bolsonaro é de destruição profunda do direito de aposentadoria da maioria dos trabalhadores. Mas, não passam de denúncias. O governo avança, e as direções estão no compasso de espera. O dia 20 de fevereiro é a primeira iniciativa de um ato unificado. Mas, sem a greve e no horário das 10 horas da manhã, impossível contar com a maioria operária. Servirá unicamente para os discursos dos burocratas.

A Reforma Trabalhista vem sendo implantada e aprofunda a exploração do trabalho

Bolsonaro já extinguiu o Ministério do Trabalho. Pretende ir

Quinzena Operária

lário, demitir e arrancar direitos. O que a GM acaba de fazer, as demais montadoras vêm fazendo já faz tempo. Alegam sempre a mesma coisa: precisam enfrentar a concorrência, e assim evitar o fechamento da fábrica. Na verdade, essas empresas são altamente lucrativas.

O problema é que a classe operária está desorganizada e profundamente controlada pela política de conciliação de classes. As negociações das direções sindicais com os capitalistas quebram a vontade de luta dos trabalhadores. É preciso fazer exatamente o contrário: rejeitar os ataques patronais, e levantar o programa operário. Diante do plano patronal, é preciso exigir que se abram os segredos comerciais das multinacionais, que um comitê operário tenha acesso à sua contabilidade, e que se estabeleça o controle operário da produção.

O Boletim Nossa Classe alerta que a classe operária tem seu programa de defesa contra a exploração capitalista do trabalho, e contra a crise econômica, a qual leva às demissões, ao subemprego e à destruição das condições elementares de existência da maioria. O controle operário da produção é uma reivindicação que mostra que são os trabalhadores que produzem a riqueza.

mais fundo na reforma trabalhista, criando contratos de trabalho sem nenhum direito a férias, licença por acidente de trabalho, 13º e outros benefícios que já tinham sido já reduzidos com a reforma de Temer.

Durante as jornadas de luta de março e abril contra as reformas, em 2017, parte das direções sindicais acabou apoiando a reforma, em troca da manutenção do imposto sindical. Caíram do cavalo. Temer aprovou a reforma e não editou a Medida Provisória para continuar o imposto sindical. Com a posse de Jair Bolsonaro, o Ministério do Trabalho deixou de existir. Os especialistas da área do trabalho dizem que 70% a 80% das ações trabalhistas tratam de direitos básicos, como verbas rescisórias, horas extras, FGTS, pagamento de férias, aviso prévio, etc. Sendo assim, os patrões agradecem, pois, ficam livres para pressionar os trabalhadores a aceitarem suas condições de exploração.

O ultradireitista Bolsonaro pretende criar uma nova carteira de trabalho, verde-amarela (que possibilita abrir mão do 13º e das férias). Quebrando assim a simbologia da carteira azul, criada pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas. Assim, os trabalhadores que ingressarem no mercado de trabalho estarão sujeitos à carteira verde-amarela e à violenta reforma trabalhista.

Somente a greve geral poderá barrar a reforma da Previdência e a aplicação da reforma trabalhista e a terceirização

Diante desse quadro de violentos ataques às condições de vida da maioria explorada, as Centrais Sindicais têm uma tarefa urgente. Organizar a greve geral. O "Dia Nacional de Luta", 20 de fevereiro, não pode se limitar às denúncias ao projeto de Bolsonaro-Guedes. Deve ser o início da jornada de mobilizações em todo o País, com o objetivo de realizar uma greve geral, mais poderosa que a de 28 de abril de 2017. Por isso, suas bandeiras devem ser: "Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!" Portanto, rejeitar integralmente a reforma. Enfrentar as reformas dos capitalistas e de seu governo ultradireitista. Constituir a frente única de ação direta. Erguer os comitês de base.

Municipais São Paulo

Milhares de servidores públicos tomam as avenidas de SP contra a reforma da Previdência

Na tarde da quarta-feira, dia 13/02, milhares de trabalhadores da educação, assistência social, saúde e demais setores do funcionalismo municipal de São Paulo realizaram mais uma assembleia conjunta e manifestação no centro da cidade. A greve começou dia 04/02, em resposta à aprovação do PL 621 (convertido em Lei 17.020), ocorrida no dia 26 de dezembro, do ano passado. A pauta da mobilização compreende ainda outros pontos, como a valorização do serviço público e dos servidores, nenhum confisco salarial (o projeto aprovado aumentou a alíquota previdenciária de 11% para 14%) e reajuste de 10% sobre os rendimentos.

A greve vem crescendo, apesar das ameaças do prefeito Bruno Covas (PSDB), o qual declarou que cortaria o ponto dos grevistas e colocaria substitutos contratados para cobrir as ausências. O governo chegou ainda a enviar mensagem ao Fórum de Entidades, que congrega as direções dos sindicatos em luta, dizendo que só negociaria após a suspensão da greve. A assembleia do dia 13, de posse dessa declaração, contestou como devia, mantendo a greve e realizando uma manifestação maior que a da semana anterior, que já tinha sido massiva.

O movimento, porém, ainda possui os seus impasses. Um deles começou a ser superado no próprio dia 13: trata-se da ausência de democracia nas assembleias. Explicando melhor: é verdade que essa mobilização deu um salto positivo em relação a anos anteriores, na medida em que unificou os sindicatos através do Fórum, tendo um carro de som só nos dias de ato e assembleia. Por mais esdrúxulo que possa parecer, houve momentos anteriores em que havia disputas entre carros de som no mesmo espaço, uma demonstração grotesca de choque de aparatos. No entanto, a unificação da luta atual permanecia como uma unificação por cima, visto que só os “representantes”, ou seja, as burocracias sindicais tinham direito a fala. Na prática, isso mutilava o princípio da democracia operária.

Percebendo isso, um setor da oposição se juntou para pressionar, durante a assembleia, em favor da abertura do microfone para a base se expressar. Dessa ação resultou a realização de outras defesas de proposta, demonstrando o quão importante é não ficar passivo diante dos impasses. Cabe agora consolidar esse salto or-

ganizativo, o que certamente exigirá manter a pressão sobre as burocracias. Até porque, o principal ainda está por ser conquistado: a direção da greve deve estar nas mãos dos próprios grevistas. Para isso, ainda está vigente a tarefa de constituir um comando unificado, eleito pela assembleia, para tomar as rédeas do movimento.

Outro impasse diz respeito ao isolamento. As centrais sindicais, a CNTE e outros sindicatos de categorias próximas, como a Apeoesp (professores estaduais), estão indicando um calendário de mobilização somente para março. Estão cometendo um erro que pode custar muito caro para o conjunto dos trabalhadores do país. A tática de esperar o governo colocar o projeto em discussão no Legislativo é completamente equivocada. Primeiro, porque não há o que esperar, quando tudo indica que a questão será levada a diante pelo governo Bolsonaro. É uma exigência do capital financeiro, em função da crise econômica e da necessidade, para o imperialismo, de impor a continuidade do pagamento da extorsiva dívida pública. Segundo, porque, na verdade, só há uma reforma da Previdência sendo aplicada. A separação entre municípios, estados e a proposta do governo federal é uma formalidade. Sabe-se que a consolidação da reforma do Covas, na maior cidade do país, faz parte da estratégia da burguesia de cimentar o caminho para o projeto de Bolsonaro-Guedes. Logo, a luta para revogar a Lei 17.020 deve ser entendida como parte do combate geral à reforma da Previdência. Era para as centrais e sindicatos adiantarem com urgência os seus calendários, convocando as assembleias e erguendo os comitês de base, colocando toda a força nacionalmente para derrotar o governo Covas.

Foi com essa perspectiva que a Corrente Proletária na Educação atuou no ato/assembleia do dia 13, orientação que prossegue como principal tarefa da greve. É preciso constituir uma frente única de luta nacionalmente, no campo da independência de classe, para enfrentar a reforma da Previdência e as outras medidas de ataque dos governos. A saída política que precisa ser preparada é a da greve geral. Os servidores municipais precisam superar os impasses da greve para que esta se generalize e possa incidir sobre o movimento nacional, no sentido de colocar em pé a luta unitária de todos os oprimidos numa frente única anti-imperialista.

Rondônia / Lições do movimento grevista dos transportes coletivos de Porto Velho

No mês de janeiro, os trabalhadores do transporte coletivo iniciaram uma greve contra a empresa “Consórcio SIM”. A causa da greve foi a retirada de direitos do acordo coletivo, como: cesta básica, auxílio saúde, ticket alimentação, alimentação noturna e salários atrasados.

Nesse momento, o prefeito Hildon Chaves informou que revogaria um decreto que instituiu a tarifa social em junho de 2017 para estudantes. Segundo o prefeito, isso serviria para equilibrar o setor do transporte público, diante da reclamação da empresa, que dizia que estava operando com prejuízos, e que queria abrir mão do serviço na cidade.

A greve foi a resposta dos trabalhadores. O sindicato foi punido com multas. E a empresa continuou justificando que não tinha

como continuar com o serviço, nem tinha combustível para rodar os coletivos na cidade. Assim, a população ficou sem transporte por 10 dias, sendo empurrada a usar os transportes alternativos.

Chamou atenção o fato narrado pelo presidente do Sitemperon, Francinei Oliveira da Silva. Disse que, em uma assembleia, os trabalhadores acenaram com o pedido demissão coletiva, por meio de rescisão indireta. Consideraram que essa seria a forma de pressionar os patrões.

No entanto, os trabalhadores aceitaram continuar com rescisão indireta, ajuizada contra o Consórcio e fazerem um novo contrato com a nova empresa a Amazontur. Por outro lado, a Justiça bloqueou R\$ 360 mil das contas do Consórcio SIM para o pagamento de cestas básicas e ticket de alimentação, mas, segundo Francinei

Oliveira, até o momento, foi pago apenas o ticket alimentação. Foi marcada uma audiência sobre a demissão coletiva, ajuizada pelo advogado do sindicato. O Ministério Público Estadual instaurou o procedimento de investigação. E a Promotoria do Consumidor, após a audiência, exigirá que o serviço seja restabelecido. Os trabalhadores suspenderam a greve em função das negociações que se abriram entre direção do sindicato, a empresa e organismos do governo. Mas de forma extremamente precária.

Aí está um exemplo de abuso patronal e manobras da burocracia do sindicato. A empresa, que ganha rios de dinheiro, chantageia o governo para ter mais privilégios. O governo e a justiça multam o sindicato pela greve. Os trabalhadores, que mostraram disposição de luta, suspenderam a greve por decisão da direção do sindicato.

Notas nacionais

Igreja Católica incomoda o governo Bolsonaro

Resposta proletária à exploração e saque capitalista da Amazônia

O general Heleno, chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), se diz preocupado com a interferência da Igreja Católica em assuntos internos do Brasil. A polícia política da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) seguiu os passos de membros da Igreja Católica, que se preparavam para participar no Sínodo sobre Amazônia, que se

realizará no mês de outubro, em Roma. Incomodou o governo a discussão sobre questões sensíveis, como povos indígenas, desmatamento, mudanças climáticas e quilombolas.

Nessa linha de reação, noticiou-se também que o Comando Militar da Amazônia e o Comando Militar do Norte foram acionados, e vêm fornecendo relatórios ao governo federal. Objetiva-se mobilizar autoridades regionais para reagir à influência da Igreja Católica. A intenção de recorrer à Itália para pressionar o Vaticano expõe a gravidade do conflito. O governo chegou a requerer a participação de seus representantes nas discussões, que tem por tema *“Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”*. O cardeal de São Paulo, d. Cláudio Hummes, informou que sugeriu ao governo que recorresse à Embaixada do Brasil na Santa Sé. Em linguagem militar, o general Heleno indicou que o governo intervirá para neutralizar o movimento que se realiza na Amazônia e que desembocará no Sínodo. O bispo do Xingu, d. Erwin Kräutler, revelou que de fato há um conflito com o governo, mas que não se trata de atacá-lo frontalmente.

Com o governo Temer, iniciou-se uma mudança no tratamento da questão amazônica. Colocou-se em marcha um programa de reversão de medidas, como demarcação de terras indígenas, restrições à exploração da floresta, preservação ambiental, etc. Bolsonaro e os militares que comandam seu governo caminham no sentido de estabelecer novos marcos de exploração econômica e de ocupação dessa imensa região. D. Erwin dá a entender que as alterações na política de demarcação e de proteção das terras indígenas ferem a Constituição e que, em nome dela, a Igreja vai se opor. Com o novo governo, as madeireiras, os garimpeiros e agropecuaristas se animaram a avançar sobre as áreas demarcadas. Observa-se que com a clara determinação de Bolsonaro de romper com a política anterior, e com a reação da Igreja Católica, voltou à tona a discussão sobre a internacionalização do denominado “Corredor Triplo A”.

Essa imensa área coberta de floresta, regada por rios e habitat de uma variada fauna, “preservada” na forma de terras indígenas e possuidora de uma gigantesca riqueza mineral, constitui valio-

so, e voltaram ao trabalho em condições precarizadas. A demissão coletiva, na realidade, não expressou a radicalidade dos grevistas. Compareceu como manobra do sindicato para judicializar o movimento. Até o momento, as reivindicações não foram atendidas, mas o movimento foi desmontado pela burocracia do sindicato.

É importante tirar lições das lutas. Daí extraímos: 1) a necessidade da independência de classe; 2) a luta contra a lei antigreve, que multa os sindicatos; 3) a defesa das reivindicações com os métodos próprios dos trabalhadores; 4) assembleias democráticas para que a base possa se expressar; 5) não judicializar o movimento; 6) ganhar apoio da população. É preciso também defender a estatização dos transportes coletivos, sob o controle dos trabalhadores.

Os recursos para a exploração capitalista. Desde os anos de 1970, quando eclodiu uma severa crise econômica e estabeleceu-se um marco da retomada da desintegração do capitalismo mundial e, principalmente, a partir dos anos 1990, quando se iniciou o movimento internacional do clima, a Amazônia foi colocada como uma questão que transcende as fronteiras e a soberania nacionais. A cobiça do imperialismo cresceu desde então.

Por mais que o Brasil tenha seguido os acordos internacionais do clima, a atividade econômica, aberta ou clandestina, tem avançado mata adentro. O governo Bolsonaro tem por meta impulsioná-la. O anúncio de que romperia com o Acordo de Paris, ainda como candidato, evidenciou as pressões do agronegócio. Empossado, promoveu um amplo remanejamento ministerial e institucional, alterando competências do Incra, Funai e Fundação Palmares, no sentido de favorecer a exploração da região.

O Sínodo, certamente, é uma resposta da Igreja Católica, que, por sua vez, reflete as posições da burguesia europeia. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio de seu porta-voz, d. Leonardo Steiner, justifica que o papa o havia programado em 2017, portanto, antes de Bolsonaro ser eleito. Ocorre que a virada começou justamente nesse ano, com a ditadura civil de Temer. Como dissemos, Bolsonaro dá continuidade, radicalizando com a política ultradireitista.

Os “preservacionistas” europeus, de um lado, resguardam seus interesses e os Estados Unidos, de outro, procuram impor os seus. Bolsonaro e seus generais não têm como romper a camisa-de-força do imperialismo “preservacionista” sem se submeter ao imperialismo “antipreservacionista” dos Estados Unidos, sob a política mundial de Trump. O palavreado de “soberania nacional”, solto ao vento pelo general Heleno, não tem como esconder o servilismo do governo Bolsonaro à burguesia norte-americana.

Se é certo que os marcos regulatórios da exploração da Amazônia, que foram sendo estabelecidos desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, e consolidados no de Lula, detiveram a voracidade do desmatamento, também é certo que não conseguiram evitar o avanço da penetração do capital, como reconhece d. Erwin, que denuncia a invasão e a derrubada constante na floresta. É esperado que com Bolsonaro esse processo se acelere.

Não há como colocar fronteiras às forças produtivas sob a forma da propriedade privada dos meios de produção. Qualquer recanto do mundo que possibilite a aplicação de capitais e extração

lucros cede passagem à atividade econômica. Não há santuário para o capitalismo. Por mais que se tente disciplinar seu avanço, o resultado final corresponderá ao caráter anárquico da produção social capitalista.

A política de Bolsonaro reflete as tendências objetivas do lugar que o agronegócio passou a ocupar na economia nacional e mundial. Vimos o quanto foi difícil estabelecer a reserva Raposa do Sol, ocupada pelos produtores de arroz e garimpeiros. Somente por um artifício legal se chegou à encantada “proteção” dos indígenas. Irresistivelmente, os nativos estão sendo arrastados pelos interesses econômicos da burguesia.

É correta a observação jornalística de que o governo Bolsonaro se assenta nas igrejas evangélicas, mais afeitas ao imperialismo norte-americano, o que aumentou a apreensão do velho catolicismo europeu. No entanto, o conflito que se desencadeia desde a Amazônia não é de cunho religioso. Trata-se da disputa interimperialista. Essa região é mais do que um celeiro agropecuário, abriga riquezas minerais de diversas ordens e importância estratégica para as potências. São motivos suficientes para as frações imperialistas atuarem sobre o Estado nacional e condicionarem a política de seu governo. As igrejas e o rosário de ONGs, que pontilham a Amazônia, não passam de instrumentos ideológicos das poderosas forças econômicas mundiais.

A burguesia brasileira se constituiu subordinada primeiramente ao colonialismo e, em seguida, ao imperialismo, inglês e norte-americano, nessa ordem de hegemonia. Nunca foi uma classe revolucionária, portanto, independente. Não pôde assim realizar as tarefas democráticas do país semicolonial, entre elas a independência nacional. As Forças Armadas são uma criatura da burguesia. Não tendo vida própria, segue as determinações de suas frações mais poderosas e, em última instância, do imperialismo. Isso explica o esgotamento do impotente nacional-reformismo do PT, de um lado, e a sua substituição no poder por um

governo francamente pró-imperialista e alinhado com os Estados Unidos, por outro. Principalmente, a igreja católica se valeu do nacional-reformismo, e as igrejas evangélicas passam a se valer do ultradireitista Bolsonaro.

Os explorados não devem se deixar enganar pelos argumentos de um ou de outro espectro da política burguesa. A tarefa que se coloca é a de pôr em pé uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, e baseada no programa revolucionário. A resposta à disputa interimperialista se resume na bandeira de nacionalização, sem indenização, da Amazônia, bem como a garantia da autodeterminação dos povos indígenas. Certamente, essa medida é parte do programa de nacionalização de todas as terras, que porá fim ao seu domínio latifundiário. A pergunta é que governo será capaz de quebrar esse poderoso domínio burguês. Somente um governo operário e camponês, nascido da revolução proletária realizará essa tarefa democrática.

É natural que os céticos digam que então a Amazônia estará perdida, uma vez que essa possibilidade não está colocada. Os reformistas, que fazem parte dos céticos, dirão que é preciso eleger um governo comprometido com o programa socioambiental e com os acordos internacionais de preservação. Ao contrário, as tendências destrutivas do capitalismo põem à luz do dia o programa proletário de sua derrocada. Trata-se de uma questão objetiva. O que se tem de resolver é a ausência das condições subjetivas, que se verificam na ausência de um poderoso partido marxista-leninista-trotskista. Essa contradição será resolvida pela vanguarda que responda programaticamente às condições objetivas.

Nas atuais circunstâncias, está obrigada a combater a ofensiva da burguesia e de seu governo ultradireitista à vida da maioria oprimida. A resposta à política de Bolsonaro para a Amazônia e o meio ambiente em geral deve fazer parte do plano de reivindicações dos explorados, e da constituição de uma frente única anti-imperialista.

Volta ao tempo da ditadura

Por decreto, o vice-presidente, Hamilton Mourão, determinou novas regras para arquivar dados ultra-secretos por 25 anos. O ministro do Gabinete de Segurança Institucional da República (GSI), general Augusto Heleno, assinou uma portaria, ampliando o número de autoridades que passa a ter tal atribuição, antes restrita à alta administração (presidente, vice, ministros e comandantes das Forças Armadas). Agora, basta um chefe de autarquia de empresa pública, fundação, etc. para decidir sobre qual informação é ultra-secreta.

O decreto do general Mourão não foi bem recebido pela imprensa burguesa, que considera uma restrição à Lei de Acesso à Informação (LAI), criada em 2012, no governo de Dilma Rousseff. Essa lei, na época, foi considerada um avanço pelos setores que pediam transparência nas ações e informações de Estado.

O general Heleno procurou amenizar o impacto, explicando que não passava de uma medida administrativa e que, assim, o GSI não pretendia cercear o direito à informação, nem dificultar a transparência. Se fosse na ditadura, os militares não precisavam dar nenhuma explicação, como Augusto Heleno comanda os órgãos de informação e de polícia política de um governo eleito, se faz passar por democrático, cuja preocupação é da garantir a soberania do país. Somente os estúpidos ou disfarçados acreditam na resposta do general.

O fortalecimento institucional dos órgãos de informação e de polícia política coincide com a intervenção dos escritórios da Abin e de comandos militares na Amazônia para monitorar padres, bis-

pos e ativistas, que preparam o Sínodo a ser realizado pelo Vaticano. Deputados da oposição denunciam espionagem política por parte da Abin. Está aberta a discussão no Congresso Nacional sobre a ação dos órgãos de segurança em relação à Igreja Católica.

Se há algo completamente visível é que o golpe de Estado de 2016, a instauração da ditadura civil de Temer e, finalmente, a eleição do ultradireitista Bolsonaro são parte de um mesmo processo de militarização da política burguesa. Há um retorno ao poder central de generais que procuram reatar os elos com a ditadura militar que marcou por 21 anos o País. É o que expressa o caráter do governo Bolsonaro. Essa recomposição ditatorial apenas está no início. Recrudescerá, ainda mais, diante da resistência das massas ao plano antinacional e antipopular do ministro Guedes.

A nova correlação de forças, que se abriu com o fracasso do nacional-reformismo e com o golpe de Estado, está em andamento. Para a balança pesar a favor da classe operária, dos camponeses pobres e demais oprimidos, é preciso que a vanguarda revolucionária se coloque imediatamente pela organização de um movimento de independência de classe. Há toda uma luta a ser travada no interior dos sindicatos e das organizações populares e estudantis contra a política de colaboração de classes de suas direções. O fortalecimento do Estado militar-policial depende da adaptação das organizações de massa ao governo Bolsonaro. Quanto mais for a demora em responder organizadamente os ataques desse governo, mais as forças da reação avançarão.

A obra-prima de Sérgio Moro

O ex-juiz federal, chefe supremo da Lava Jato e carrasco do PT, foi nomeado ministro da Justiça, por Bolsonaro. Criou-se uma fabulosa expectativa de que, finalmente, a justiça seria comandada por um grande cérebro e sagaz inimigo da corrupção, criminalidade e bandidagem. Assim, Bolsonaro e seu grupo de militares estariam cumprindo a promessa de atacar a insegurança pública.

A aspiração de milhões de pobres e da minoria rica convergia para a exigência de uma segurança pública capaz de vencer esses grandes inimigos da paz social. O que faltava era um governo firme, honesto, disciplinado e competente. Sérgio Moro reunia todas essas qualidades e, portanto, seria o rosto ideal desse novo governo. Essa imagem foi criada esvaziando o conteúdo econômico, social e de classe da corrupção e de toda sorte de criminalidade. Mas, se sabe que são as condições objetivas que levam as instituições burguesas a criarem as leis. O projeto de Lei Anticrime de Moro não se sustenta em nenhuma análise das condições materiais, onde se encontram as raízes do avançado estado de decomposição social do País. Trata-se de uma peça engendrada por uma mente burocrática e policial, afeita aos métodos autoritários.

O próprio presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que se relegeu com o apoio dos bolsonaristas, deu a entender que já existe um projeto do ex-ministro da justiça, do governo Temer, Alexandre de Moraes, portanto, bastaria aperfeiçoá-lo. Seja como for, as reformulações das leis para enfrentar a corrupção e a criminalidade espelham a incapacidade dos governos e da burguesia em atingir suas causas. Não poderia ser diferente com o pretensioso Moro.

As 14 alterações apresentada abarcam o Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal, Lei de Crimes Hediondos e Código Eleitoral. No fundo, deságuam na vala comum de recrudescimento das penalidades e da repressão policial. É como se houvesse uma brandura das leis e da repressão aos crimes que justificasse o sentimento popular de insegurança pública. No sentido contrário, uma maior severidade do aparato jurídico e policial refluiria a criminalidade e daria à população a garantia de segurança.

Chacina no Morro do Fallet

A execução de 13 jovens, em uma casa no Morro Fallet, no Rio de Janeiro, é mais uma tragédia causada pela ação policial. Testemunhas afirmam que o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) entrou atirando sem que os jovens estivessem revidando. Representantes do Ministério Público e da Defensoria do Rio de Janeiro prometeram investigar. As circunstâncias em que os jovens foram encurralados, e a ausência de evidências de tiroteio, aumentam a suspeita de que de fato houve uma chacina. Por não ser um fato excepcional, a mortandade expressa uma ordem de execução.

O fuzilamento de jovens se tornou tão corriqueiro que esse crime hediondo fará aumentar a estatística de mortos na faixa de 15 a 29 anos. Em dez anos, de 2006 a 2016, foram assassi-

Embora se tenha propagado que Moro chefiaria um movimento anticorrupção e anticrime, favorável aos pobres dos bairros controlados pelo crime organizado, na realidade, procura aplacar o desespero da classe média. Tudo indica que será o contrário para os milhões que vivem nos bairros operários empobrecidos, nas favelas e nos cortiços. O chamado “*excludente de ilicitude*” garante maior liberdade da polícia executar bandidos, sob a alegação de confronto armado considerado inevitável. O que Moro pretende com essa alteração é legislar a favor da polícia, que se utiliza da execução e de chacinas como método repressivo. Sabe-se que a mortandade de jovens, em

boa parte, é causada por essa via. Nem bem se discutia aspectos do projeto de Moro, como esse, o Bope do Rio de Janeiro assassinava 13 jovens no Morro do Fallet, que segundo testemunhas não ofereceram nenhuma resistência arma-

da. É notório que mesmo a legislação atual não apenas os policiais assassinos, a não ser em casos raros.

Não é o caso de se estender sobre o agravamento das penalidades. É de conhecimento comum a crise do sistema carcerário. Uma última palavra diz respeito à criminalização do caixa 2. Essa é uma medida dirigida aos partidos e políticos da burguesia. Para Moro ir adiante com seu projeto, terá de negociar sua aprovação com um considerável contingente de deputados e senadores imputados na justiça por tal crime. A corrupção é inerente ao Estado e à política burguesa. A Operação Lava Jato comprova que o poder econômico, no final das contas, se livra das penalidades. De forma que o principal problema da reforma de Moro consiste na exacerbação da criminalização dos jovens, que são arrastados ao crime pelas condições sociais adversas.

Não há resposta jurídica e policial que sirva de instrumento para o arrefecimento da barbárie capitalista. É necessário denunciar o caráter burguês, ditatorial, da reforma de Bolsonaro/Moro. Trata-se de levantar a bandeira de “Abaixo a Lei Anticrime!”. O programa da classe operária de acabar com o capitalismo é a única via segura para os explorados e a juventude que padecem da desintegração econômica e social da sociedade burguesa.

nados 325 mil pessoas nessa idade. A maioria é de pobres e negros.

O Rio de Janeiro tem sido um laboratório de uso dos métodos de guerra civil para o governo responder ao crime organizado. A tese da pacificação por meio da aproximação da polícia com a “comunidade” fracassou. As UPPs não puderam alterar em nada as causas que potenciam e proliferam a marginalidade. Ao contrário, logo se revelaram centro de arbitrariedade, de tortura e de prepotência policial. O assassinato do ajudante de pedreiro, Amarildo, pelos policiais da UPP da Rocinha, em julho de 2013, e o desaparecimento de seu corpo, expuseram a podridão do projeto de pacificação do governador Sérgio Cabral. Foi a pá de cal que faltava. Em fevereiro de 2018, Temer

decidiu intervir militarmente no governo de Pezão, para garantir a segurança pública. Hoje, tanto Cabral, quanto Pezão, se encontram presos por corrupção. A crise política no estado do Rio de Janeiro é parte da decomposição social que vem avançando constantemente.

O novo governo de Wilson Witzel procura se apresentar como uma variante distinta de política de segurança pública, e relação aos governos anteriores. Colocou-se pela via do método da guerra civil. Na realidade, a pacificação de Cabral e Pezão não passou de uma máscara de cobertura dessa mesma via.

Os acontecimentos mostram que a burguesia e seus governos não têm alternativa ao crescimento da violência policial. As altas taxas de desemprego, o impulso ao subemprego, o salário mínimo de fome, os milhões de jovens sem trabalho e sem

escola, e a miséria, que ganha terreno nos grandes centros urbanos, estão na base da criminalidade. Por sua vez, essas condições sociais degradantes têm em sua base a superexploração do trabalho. A reforma trabalhista, a terceirização e a reforma da Previdência que está por vir expandirão esses fatores negativos. As regressões impostas pela crise estrutural do capitalismo, e pelas medidas reacionárias dos governos burgueses, exigirão o fortalecimento do aparato repressivo e aperfeiçoamento dos métodos da violência policial contra as massas.

É uma ilusão reformista pretender desmilitarizar a polícia, descriminalizar o mercado da droga e combater o crime com a chamada “inteligência”. A tarefa é organizar os explorados e a juventude sobre a base de suas reivindicações, da organização independente, dos métodos da ação direta e da estratégia própria de poder do proletariado.

Segunda condenação de Lula, aplausos dos bolsonaristas

Era esperado que a 13ª Vara Federal de Curitiba sentenciasse Lula no caso do sítio Santa Bárbara, em Atibaia/SP. De nada adiantou que seus advogados mostrassem que não havia provas concretas, além das delações premiadas dos chefes das empreiteiras OAS e Odebrecht, bem como do pecuarista José Carlos Bumlai. A primeira condenação, movida pelo juiz Sérgio Moro, em julho de 2017, se deu nas mesmas condições. A juíza Gabriela Hardt praticamente repetiu a mesma dosagem, impondo mais 12 anos e 11 meses de prisão, por corrupção ativa e passiva, e lavagem de dinheiro.

Não há dúvida de que a defesa do ex-presidente conseguiu pôr em dúvida a primeira e a segunda condenação por falta de provas. A Lava Jato instituiu alterações no procedimento judicial, tomando por base as delações premiadas de empresários corruptores e de políticos, que aceitaram denunciar por meio de relatos. Não foi exigida pelos investigadores a apresentação de provas concretas. As condenações, assim, se basearam em relatos circunstanciais, considerados suficientes pelas autoridades judiciais.

O PT denunciou amplamente esse lado da questão. Mas, o fundamental não reside na formalidade jurídica. Para ser preciso, o PT também avaliou as condenações como políticas. No entanto, o centro de sua resistência foi jurídica. O que mostrou sua incapacidade de mobilizar as massas em um movimento político contra a ultradireita burguesa.

Somente não viu quem não quis ver que o golpe de Estado de 2016 levaria, finalmente, à prisão de Lula, como condição para a ditadura civil de Temer realizar a transição para as eleições de outubro de 2018, sem que o PT se erguesse como força opositora capaz de retomar o poder do Estado.

Os explorados, sobre os quais o PT se levantou para servir à burguesia, foram afetados pelas campanhas anticorrupção, centradas na caça aos petistas, mas não ao ponto de abandonarem completamente Lula. O golpe de Estado e o governo antipopular de Temer impossibilitaram o esgotamento da experiência das massas com o impotente reformismo do PT.

A segunda condenação de Lula se deu no quadro de prostração do PT e de seus aliados diante do governo Bolsonaro. Não foram capazes de organizar protestos pela libertação de Lula em todo o País. Os pequenos atos, parte deles em locais fechados, re-

fletiram essa prostração. A classe operária e os demais oprimidos aumentaram a desconfiança no reformismo com o desmonte do movimento de março e abril de 2017, que culminou com a greve geral de 28 de abril. A imposição da reforma trabalhista e da terceirização, sem que houvesse a resistência à altura como se vinha projetando até 28 de abril, foi sentida como uma derrota. A ultradireita, chefiada por Bolsonaro, conseguiu arrastar a maioria nas eleições, em grande medida, devido à quebra do petismo e a sua incapacidade de livrar Lula dos punhos da justiça burguesa, liderada por uma fração ultra-reacionária do aparato do Estado.

O golpe de Estado e o governo antipopular de Temer impossibilitaram o esgotamento da experiência das massas com o impotente reformismo do PT.

Está absolutamente claro que o PT, CUT, MST e aliados vão continuar na trilha da resistência institucional. Aguardam as ações de Bolsonaro, exercendo a oposição parlamentar. A iniciativa da CUT, juntamente com outras centrais, de procurar o vice-presidente, general Hamilton Mourão, para discutir a situação dos metalúrgicos do ABC, demonstrou a busca de uma relação com o governo carrasco, quando deveria estar sendo combatido, desde as fábricas até as ruas. Essa conduta política de subserviência ao resultado eleitoral de outubro favorece a política do governo ultradireitista, que está dando os seus primeiros passos, e já se mostra envolto pela crise política. Deve-se à própria política do PT e aliados a manifestação de impotência diante das condenações de Lula. Os aplausos dos bolsonaristas à juíza Hardt abafaram o protesto jurídico e a reclamação inócua de que Lula é um perseguido político.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

Rio Grande do Norte

Diante de crise fiscal, governo Fátima (PT) dá calote no funcionalismo estadual

Já se passaram 45 dias do governo Fátima (PT), e não há, até agora, nenhuma perspectiva de cumprir a sua principal promessa de campanha, que é o pagamento dos salários atrasados do funcionalismo, que já somam R\$ 980 milhões, correspondendo os salários de dezembro e 13º de 2018, parte de novembro de 2018, e parte do 13º de 2017. Desde 2014, final do governo Rosalba (DEM), a crise fiscal do RN vem desenvolvendo-se, passando pelo governo Robinson (PSD), com várias convulsões, como na greve do funcionalismo estadual, de dezembro/2016 a janeiro 2017, e que poderá entrar em uma nova situação crítica, sob o governo do PT.

Como primeira medida adotada, assim que assumiu, o governo decretou “Estado de Calamidade Financeira”, como forma de dilatar alguns prazos da Lei de Responsabilidade Fiscal, numa tentativa de pressionar institucionalmente o governo federal a dar ajuda financeira. Nas palavras de Fátima Bezerra (PT), *“esse decreto coloca o Estado do RN numa condição de buscar com mais efetividade a ajuda do governo federal”*, uma amostra de como o PT, no executivo estadual, apenas fará uma oposição ao governo Bolsonaro, nos limites da institucionalidade burguesa. Como era de se esperar, após reunião com o Tesouro Nacional, o governo federal negou ajuda financeira e sugeriu corte de pessoal, privatizações, redução de incentivos fiscais e aumento de impostos. Diante da negativa do governo Bolsonaro-Guedes, Fátima simplesmente baixou a cabeça, e se voltou para buscar “soluções” locais, como se não existisse um Ajuste Fiscal aplicado pela União, que é a principal causa da crise fiscal nos estados.

Para que houvesse um real enfrentamento ao governo federal, o PT teria de recorrer às massas, fortalecer seus métodos próprios de luta, como greves, piquetes, manifestações e bloqueios de rodovias e avenidas. Constituir uma frente única de operários, camponeses e classes médias arruinadas do RN. Mas, no executivo estadual, e em aliança com setores da burguesia local impotente, o PT não vai além de uma pressão institucional e, na primeira negativa, se submete e se volta imediatamente contra os próprios explorados. No lugar de uma frente única anti-imperialista, o governo do PT formou uma frente oligárquica de governadores do NE, que também não farão nada diferente do que pressão institucional ao governo Bolsonaro, e atacar os explorados em seus respectivos estados.

Frente ao atraso salarial, com parte dos servidores ainda não tendo recebido até quatro salários, o governo estadual, numa manobra contábil, propôs pagar os salários do mês a partir de janeiro, e deixar os salários atrasados como uma espécie de “restos a pagar”. Com isso, Fátima tenta passar a imagem de que paga em dia, e que quem atrasou salário foi o governo anterior de Robinson Faria (PSD), como se não fosse a mesma máquina de Estado burguesa, agora sob o comando do PT. Para amenizar a situação calamitosa do funcionalismo, propôs uma espécie de “adiantamento” na forma de parce-

lamento, pagando 30% dos salários de janeiro, no dia 10, e completando a folha, até o dia 31, e assim por diante.

Diante dessa proposta, o Fórum dos Servidores Estaduais lançou uma nota, denunciando o pagamento de janeiro sem pagar os salários anteriores, e exigindo que o governo pagasse em ordem cronológica, a começar do 13º de 2017. Mas, no dia seguinte, em reunião com o governo, o Fórum imediatamente capitulou, e aceitou o calote do governo com alguns atenuantes, sob o argumento do governo, de que dessa forma seria mais fácil conseguir verbas extras.

O “adiantamento” parcelado dos salários soa como um escárnio para os servidores, que estão com dois ou até quatro salários sem receber. Com o passar do tempo, a insatisfação cresce, e o calote do governo vai ficando claro para uma parte cada vez maior dos servidores. Por outro lado, observa-se uma expectativa de parte do funcionalismo, de que o governo Fátima, que se diz popular e prometeu pagar os salários, consiga meios de cumprir sua promessa. Essa expectativa tem um limite, porém, é também alimentada pela política traidora de conciliação das direções sindicais do Fórum dos Servidores que, ao invés de trabalharem para esgotar o mais rápido possível as ilusões no governo burguês do PT, contribuem para preservá-las.

Como medida para solucionar a crise fiscal, o governo Fátima anunciou um conjunto de propostas paliativas, como a antecipação de royalties, a revisão dos incentivos fiscais, a instalação de postos de fiscalização para combater a sonegação do ICMS, a revisão de contratos com fornecedores (o que poderá acarretar em demissão de terceirizados), e, inclusive, um teto de gastos estadual. O fato é que essas medidas, por mais que venham a aliviar momentaneamente o aperto fiscal do estado, e, inclusive, a pagar parte dos salários atrasados, não resolverão a crise fiscal do RN, uma vez que permanece o Ajuste Fiscal do governo federal, que sufoca as finanças estaduais.

Diante da possibilidade de manutenção do atraso de salários, da incapacidade do governo do PT de enfrentar o governo Bolsonaro-Guedes e seu Ajuste Fiscal, faz-se necessário que o funcionalismo utilize seus métodos próprios de luta (ação direta), e constitua de imediato uma frente única de luta, contra o Ajuste Fiscal e em defesa dos salários e direitos do funcionalismo. E que essa unidade se projete nacionalmente, com o funcionalismo dos demais estados, que tem sido, dia após dia, massacrado pelos governos federal, estaduais e prefeituras. Os trabalhadores da saúde acabam de entrar em greve, porém, permanecem isolados das demais categorias, em parte em virtude da política traidora das direções sindicais, que desarmam politicamente os explorados. Surge mais do que nunca a tarefa de varrer as burocracias sindicais e constituir direções revolucionárias, que trabalhem por acelerar a desilusão das bases com o governo do PT, e forjar a unidade na luta em defesa das condições de vida.

Plenária Nacional Dos Servidores Federais:

Construir a greve geral contra a reforma da Previdência de Bolsonaro e seus ataques ao funcionalismo e à educação

Pela revogação da Reforma Trabalhista, Lei da terceirização, Reforma do ensino Médio e Ec95 Que as Centrais Sindicais rompam o imobilismo!

A Plenária Nacional dos Servidores Federais e a reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Federais (FONASEFE) ocorrem em um momento que o governo ameaça aprovar em poucos meses a reforma da Previdência, mais um ataque após a aprovação da reforma trabalhista, lei de terceirização e emenda constitucional que congelou por 20 anos a verba destinada aos serviços públicos. Por isso, o POR defende que este espaço sirva para organizar imediatamente a luta contra a aprovação da reforma da Previdência, retomando o movimento de greve geral que ocorreu em abril de 2017, e que desta vez seja uma greve geral por tempo indeterminado, tomando as avenidas e parando a produção. Enfrentamos uma burguesia unida pela reforma da Previdência, a plenária nacional deve expressar a unidade dos explorados em defesa dos direitos que estão sendo arrancados.

As medidas da ditadura civil de Temer aprofundaram a crise da Educação, escancarando a Educação Básica para a mercantilização, com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC. A ampliação do Ensino em Tempo Integral leva ao fechamento de turnos inteiros, expulsa da escola o jovem que precisa trabalhar e cria mais discriminações.

Os IFs já sentem as consequências da Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos o orçamento dos gastos sociais, com sucateamento dos campi e demissão dos terceirizados. A lei de terceirização impõe o avanço da extinção de cargos públicos, ampliando a precarização do trabalho no interior das instituições de ensino. Mas, o governo militar-policial de Bolsonaro avança nesse ataque, com a suspensão dos pagamentos adicionais ocupacionais (periculosidade, insalubridade, irradiação ionizante e gratificação por trabalho com raios-X ou substâncias radioativas); PL 11279/2019, que prevê alterações na lei de fundação dos institutos – dentre elas, o processo eleitoral dos IFs e a reestruturação da rede, que significará ampliação sem verba, como apontado com a criação de novos IFs na Bahia e em São Paulo; e a Portaria do MEC 166/2019, que resultou no fechamento dos campi IFSP de Mococa, Limeira e Pirassununga, inclusive sob o argumento de falta de recursos orçamentários, que logo mais pode ser utilizado para fechamento de demais campi dos IFs. Assim, o governo Bolsonaro dá continuidade às medidas de ataques do governo golpista de Temer. **Precisamos lutar pela revogação da Reforma do Ensino Médio e BNCC. Exigir a revogação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização.**

Não ao fechamento dos Institutos Federais! Não à retirada de direitos! Pelo financiamento integral, conforme a decisão de assembleias unificadas de estudantes, professores e técnicos!

Entre as ameaças fascizantes do governo Bolsonaro, está o Projeto Escola Sem Partido, que pretende deixar a escola ainda mais anticientífica. Reforça o obscurantismo religioso. Além disso, a Escola Sem Partido vem com a missão de perseguir a vanguarda que luta. Se aprovada, instituirá a escola da delação, jogará estudantes contra professores e punirá com multas e demissões. Em nome do combate à “ideologia de gênero”, reforçará a concepção das Igrejas, de submissão das mulheres e condenação de homossexuais como desviantes, e de transexuais como aberrações. **É urgente organizar a luta contra a Escola sem Partido com os métodos da ação direta. Nenhuma confiança no parlamento e no judiciário burgueses.**

A militarização é um dos aspectos do governo Bolsonaro. As Forças Armadas estão no núcleo de seu ministério, composto também por religiosos e ultraliberais. Em seu primeiro dia, Bolsonaro já decretou a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Nas escolas militares, a lógica é a dos quartéis, com total controle ideológico. **Nem empresas, nem militares devem controlar as escolas. Quem deve decidir os rumos da educação são os que estudam e trabalham. Pela soberania da assembleia escolar.**

Apesar de se apoiar na retórica da defesa da soberania nacional, o governo Bolsonaro não passa de um capacho do imperialismo norte-americano. Não por acaso seu “superministro” da Economia, Paulo Guedes, é defensor do modelo de privatização. A permissão que parte do Ensino Médio seja realizada via ensino a distância é um grande negócio para as corporações estrangeiras que vendem esses serviços. A submissão ao imperialismo também fará como que o governo cobre mais sacrifícios das massas para sustentar a dívida pública: privatizações, cortes de direitos, salários arrochados e mais exploração. Bolsonaro objetiva colocar o Brasil como um soldado de Trump, ajudando no massacre de palestinos, e na ofensiva contra Cuba e Venezuela. Os explorados precisam se levantar no combate anti-imperialista. **Pela constituição de uma frente única anti-imperialista, que erga a bandeira de: não ao pagamento da dívida pública, expropriação das corporações de educação, por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham.**

Diante de tantos ataques às condições de vida e trabalho, os oprimidos mostram uma tendência de luta. A greve geral de abril de 2017 foi um exemplo dessa disposição. É preciso impulsionar os métodos próprios de luta, com greves, ocupações e manifestações de rua, e não fomentar a ilusão no parlamento burguês, que prepara mais ataques com a reforma da Previdência.

Diante de tantos ataques às condições de vida e trabalho, os oprimidos mostram uma tendência de luta. A greve geral de abril de 2017 foi um exemplo dessa disposição. É preciso impulsionar os métodos próprios de luta, com greves, ocupações e manifestações de rua, e não fomentar a ilusão no parlamento burguês, que prepara mais ataques com a reforma da Previdência. **Nossa bandeira deve ser a de “Abaixo a reforma de Bolsonaro/Guedes”. Que a Plenária Nacional constitua um comitê nacional de luta; indique a convocação de assembleias nos sindicatos e locais de trabalho para construção dos comitês locais e regionais. Pôr em pé uma frente única de ação direta contra a reforma da Previdência. Combater a reforma trabalhista e a terceirização. Dar passos concretos para construir uma greve geral.**

Congresso do ANDES

Impotência do reformismo

Entre 28 de janeiro e 2 de fevereiro, realizou-se, em Belém (PA), o 38º Congresso do ANDES-SN. A dinâmica dos congressos do sindicato nacional – que duram sempre 6 dias – permite em princípio a ampla participação dos filiados e das seções sindicais, que podem formular suas teses e propostas de resolução com antecedência, para apreciação nos grupos mistos do congresso. Contudo, a diversidade e dispersão de textos de resolução e de apoio obrigam a se processar um “filtro”, imposto pelo tempo dos debates nos grupos, pois, nestes, se leva mais tempo na discussão das teses majoritárias e, devido à exigência de se obter no mínimo 30% dos votos, em pelo menos em um dos grupos, para ir à plenária, nem todas as teses de fato são debatidas.

No 38º Congresso, esse “filtro” voltou a funcionar, com o agravante de que, nas plenárias deliberativas, também foram desigualmente estendidas, devido à morosidade com que foram apreciados temas nem sempre prioritários. Isso provocou o esvaziamento das plenárias finais que deliberavam temas cruciais.

O choque mais importante foi travado entre os defensores da tese da diretoria (PSOL) e os partidários do *Renova ANDES* (PT e aliados). Foi, de certa forma, a continuidade da última eleição para a diretoria do sindicato, na qual, após 14 anos sem disputa, houve confronto de duas chapas. A oposição – *Renova ANDES* – conseguiu na ocasião 45,25% dos votos, indicando o desgaste do grupo há tanto tempo hegemônico no sindicato.

Para este congresso, o *Renova* trouxe a tese de uma “...ampla unidade das organizações sindicais, populares e juvenis”, sobre a base de uma plataforma que incluísse a reivindicação de **LULA LIVRE**” que, de acordo com eles, enfeixaria “as di-

O POR defende:

- **Retomar a greve geral para pôr abaixo a Reforma da Previdência!**
- **Revogação da Emenda Constitucional 95; Reforma do Ensino Médio e BNCC; Reforma Trabalhista e Lei da Terceirização.**
- **Abaixo a Escola sem Partido!**
- **Não ao fechamento dos IFs. Defesa do financiamento integral conforme o orçamento definido em assembleias unificadas de estudantes, professores e técnicos.**
- **Erguer uma frente única anti-imperialista.**
- **Lutar pelo fim de toda opressão e exploração. Por uma revolução socialista.**

versas reivindicações democráticas”.

A diretoria defendeu a necessidade de “... uma **Frente Nacional em Defesa das Liberdades Democráticas**, em ampla unidade de ação, para defender os direitos, os serviços e o(a)s servidore(a)s público(a)s, as Universidades, os Institutos Federais...”.

Embora os defensores das teses se colocassem pela “necessidade da unidade”, partiam de premissas claramente divergentes e fora do campo da luta unitária. Em síntese, todo o problema era, de um lado, incluir como bandeira central o **LULA LIVRE** e, de outro, excluir esta alternativa. Do lado do PT e aliados, tratava-se de ampliar a influência eleitoral para as futuras disputas, usando o “Lula livre” como bandeira do sindicato. Do lado da diretoria, o objetivo de excluir a defesa do Lula também tinha uma função proselitista e de diferenciação do PT.

No seu texto de apoio, a diretoria fez algumas caracterizações dos governos do PT como de colaboração de classe, porém, continua não caracterizando o impeachment da Dilma como golpe e, de modo inconsequente – para quem se coloca pela defesa das liberdades democráticas – não fez a defesa da liberdade do Lula. Na votação da tese central, no primeiro dia, a diretoria derrotou o *Renova*, e o **Lula Livre** não entrou.

Entretanto, em um momento posterior, em uma resolução sobre a política sindical, o *Renova Andes* conseguiu a aprovação de uma resolução que inclui o **Lula Livre**: “que o *Andes* amplie a mobilização contra a criminalização do movimento sindical [...] além de indicar a suas seções sindicais a participação em comitês pelas liberdades democráticas e pelos direitos, incluindo os que tenham como consigna “**Lula Livre**”, e que explicitem pautas defendidas pelo sindicato”. Esta votação, arrancada contra a posição da diretoria, indica que a polarização verificada nas eleições se mantém.

A polarização em torno ao tema do Lula deixou em segundo plano o acordo – em geral – quanto às bandeiras de luta contra a reforma da Previdência, trabalhista, contra a escola sem partido, etc., demonstrando o caráter eleitoral do debate.

O Congresso foi orientado desde o começo pelo reformismo, tendo como tema central “Por **Democracia**, Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e



da carreira docente, pela revogação da EC/95". Num quadro de profunda decomposição do capitalismo, e entrega do país ao imperialismo, o Congresso tomou deliberações que implicam a expectativa de resolver problemas da universidade e da ciência e tecnologia no quadro do regime atual, com bandeiras como estas: "... defesa da carreira docente, a necessária recomposição do financiamento público para as IIES/IMES, a garantia da autonomia universitária, a defesa das liberdades democráticas, a delimitação de uma ampla política de ciência e tecnologia".

É evidente que, como sindicato, o ANDES responde às demandas corporativas, no entanto, no quadro de aguda crise econômica e reacionarismo crescente (reconhecida formalmente nos textos de apoio), tais bandeiras só poderiam ser colocadas

se inscritas e formuladas como reivindicações transitórias, quer dizer, formuladas de modo a fazer a ponte para se concluir com a necessidade da revolução social, destacando a impossibilidade de serem alcançadas no quadro do regime atual.

O predomínio da política reformista no ANDES se combina de modo acabado com a base social pequeno-burguesa do sindicato, e com a ausência de uma corrente proletária no professorado. A expressão mais palpável dessa perspectiva pequeno-burguesa e reformista se manifestou no estridente e vergonhoso tratamento dado pelo congresso à alteração estatutária, que estabeleceu a paridade entre homens e mulheres na diretoria do ANDES-SN. Ocupou-se um espaço enorme do Congresso para que diversas professoras fizessem uma verdadeira catarse "arrancando a paridade" de uma plenária em que praticamente não havia oposição a essa mudança.

Num momento em que o governo aponta suas baterias contra as massas e contra as universidades públicas, a questão mais importante do Congresso não foi a preparação prática do enfrentamento ao governo, mas, a conquista da paridade pelas

mulheres na diretoria do sindicato. Caberia a pergunta: para enfrentar o Bolsonaro, o ANDES se terá como arma a composição paritária de sua diretoria?

Um assunto que não foi muito alardeado, mas que consta na tese central da diretoria, pareceria indicar uma crítica ou – quem sabe – autocritica sobre os caminhos do CONLUTAS. Lá se afirma acerca das exigências do momento de ataques reacionários que: "Se a CSP-CONLUTAS, no próximo período, não for capaz de ser dinamizador da construção de uma frente única

A polarização em torno ao tema do Lula deixou em segundo plano o acordo – em geral – quanto às bandeiras de luta contra a reforma da Previdência, trabalhista, contra a escola sem partido, etc., demonstrando o caráter eleitoral do debate.

contra a extrema-direita, poderá ficar isolada e estagnada em um momento histórico em que a própria existência da classe trabalhadora e de suas organizações está sob forte ameaça".

Essa observação vem logo após a constatação de que na Conlutas "...ainda sobrevivem em seu interior práticas hegemônicas e autoproclamatórias de seu campo majoritário, as quais impedem que a entidade possa ocupar um espaço aberto pelo novo ciclo de lutas", numa evidente alusão ao PSTU que, em face do impeachment da Dilma, se recusou a caracterizar como golpe e defendeu a prisão de Lula, negado-se a reconhecer os métodos arbitrários e ditatoriais da Lava-Jato. É evidente que o "isolamento" criticado pela diretoria não é da Conlutas, mas dela própria, devido à posição sectária adotada, e que acabou estimulando a ressurreição do PT e seus aliados no sindicato.

Em síntese, o predomínio das diversas variáveis reformistas foi responsável pelo resultado do sindicato não sair preparado para enfrentar a ditadura de Bolsonaro. Essa impotência não será superada enquanto a política do proletariado não penetrar profundamente no seio sindicato docente.

USP: reitoria e SPtrans cortam passe estudantil. Responder com unidade com os demais estudantes!

A Superintendência de Assistência Social (SAS) da USP e a SPtrans cortaram os passes estudantis e passe livre dos moradores do Crusp. É mais um ataque contra o direito de estudar, a partir da destruição da permanência estudantil.

O argumento da burocracia universitária e da SPtrans é o de que quem mora dentro da USP não precisa pegar ônibus. Somente um total ignorante das condições físicas da USP (com unidades distantes, vários campi, com circulares insuficientes) e das condições de vida e estudo dos moradores seria capaz de formular tal absurdo.

Esse ataque se soma ao feito ao conjunto de estudantes, universitários, secundaristas e outros, que agora têm de encaminhar individualmente suas informações de estudantes à SPtrans, coisa que era feita automaticamente pelas unidades de ensino. O que tem levado uma parte dos estudantes a não conseguir o passe escolar ou o bilhete único.

Houve manifestações de protesto de moradores da USP na SAS, organizados pela Amorcrusp (Associação de Moradores).

Mas, é preciso colocar a questão como uma reivindicação de conjunto dos estudantes, dentro e fora da universidade.

Os recentes atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL), contra o aumento das passagens de ônibus, foi ficando cada vez mais esvaziado, produto da política burocrática da direção. Estava colocado estabelecer uma unidade nas reivindicações contra o aumento geral das tarifas e contra os ataques dos governos ao passe livre e passe estudantil. Para isso, era necessário convocar as assembleias de base, de forma a estabelecer, soberanamente, as reivindicações, os métodos de luta, os passos que o movimento deveria dar. Estava colocado um chamado à classe operária, para que ela se juntasse aos estudantes e encabeçasse a luta por um salário mínimo vital, estatização do transporte sob controle operário e demais reivindicações.

É preciso construir uma fração revolucionária entre os estudantes, com um programa proletário, de forma a impulsionar suas tendências de luta e choque com os capitalistas e os governos.

Um serviço da direção da UNE e UBES a Bolsonaro: desperdiçam potencial da juventude e fazem encontro festivo, distracionista, e a reboque de uma frente democrática com setores da burguesia

Entre os dias 6 e 10 de fevereiro, ocorreram na cidade de Salvador-BA a 11ª Bienal, o 4º Encontro Nacional de Grêmios e o 15º CONEB da União Nacional dos Estudantes – UNE. Participaram também de sua organização UBES e ANPG. Tratou-se de encontro estudantil destinado a se colocar diante na nova situação, criada após as eleições presidenciais. Segundo a própria direção da UNE, o evento teria como objetivo “atualizar a opinião e o posicionamento da entidade sobre os principais temas nacionais”, tendo como foco central “A Organização Estudantil na Resistência Democrática”. A plenária final referendou a política de adaptação da direção reformista à democracia burguesa. Aprovou-se a tática da “ampla frente democrática e popular em defesa do Brasil e em oposição radical ao governo Bolsonaro”. O conteúdo dessa linha se resume a levar o movimento estudantil a apoiar os parlamentares da oposição, principalmente os do bloco que vem sendo formado pelo PDT, PSB e PCdoB na Câmara Federal. Percebe-se que a movimentação do PCdoB no encontro foi a de marginalizar o PT, que, mesmo reclamando, se manteve no bloco da frente democrático pequeno-burguesa, certamente subordinado à hegemonia dos estalinistas.

Juventude arrastada a seguir o parlamento

A gradual decadência da educação burguesa e o avanço do reacionarismo nas escolas e universidades se expressam de forma escancarada na atual conjuntura brasileira. Por esse motivo, ao selecionar os temas, as direções das entidades nacionais não puderam ocultar a realidade concreta e dispensar da pauta os problemas fundamentais como a mercantilização da educação; a falta de trabalho; a “Escola sem Partido”; a reforma do ensino médio; a matança da juventude (sobretudo negra), dentre outras questões que já estão se aprofundando com o novo governo ultradireitista de Bolsonaro. As mesas temáticas, no entanto, foram compostas e dirigidas claramente com o intuito de canalizar as discussões para o terreno jurídico-parlamentar. Nos palcos principais, estavam os políticos que correspondem ao arranjo atual do PCdoB, que, depois de sustentar os governos do PT, inclusive atrelando as entidades estudantis ao Estado, agora, se movimentam mais à direita, para se manter na política burguesa, como testemunha o apoio do PCdoB a Rodrigo Maia, na eleição do presidente da Câmara, o mesmo candidato de Temer e, agora, de Bolsonaro.

No segundo dia, realizou-se uma mesa de discussão, composta por líderes reformistas, parlamentares e políticos burgueses (Ciro Gomes-PDT, Sônia Guajajara-PSOL, Luciana Santos-PCdoB, João Paulo-coordenador do MST, Nilson Araújo-PPL, e Ivan Alex-PT. Tal atividade – cujo objetivo proposto seria o de discutir “os desafios conjunturais para o desenvolvimento nacional” –, além de ter servido de palanque para a política-gem e estimulado entre os estudantes a ilusão de que, por meio das instâncias judiciais e parlamentares, seria possível resistir aos ataques do governo bolsonarista, a atividade acabou se constituindo em uma disputa entre torcidas organizadas. **Ciro Gomes** aproveitou para desviar a discussão sobre o conteúdo

burguês do golpe de Estado e sua importância para a eleição de Bolsonaro, atacando a política eleitoral do PT, e provocando petistas e peedobistas com a fala de que “Lula está preso por merecer, por ser corrupto”. O festival de vaia e o palavreado de **Ciro** refletiram o baixo nível político da maioria dos participantes e a ausência de objetivos que permitissem preparar a juventude para a luta. Além das agressões físicas entre estudantes, o próprio **Ciro Gomes** se envolveu em uma briga com um estudante, chamando-o de babaca e jogando seus seguranças para empurrá-lo do palco.

Foram vários os políticos que passaram pelos palanques montados pela organização do encontro, alguns sem mandato, como **Boulos**, do MTST, e **Manuela D’Ávila**. E outros que foram eleitos, como o governador do Maranhão **Flávio Dino**, aliado do DEM. Em nome de construir um “pacto em defesa da educação, da cultura e da tecnologia”, abriu-se espaço a políticos de várias origens, que compõem a “bancada da educação”: **Túlio Gadelha** (PDT-PE), **Olivia Santana** (PCdoB-BA), **David Miranda** (PSOL-RJ), **Jandira Feghali** (PCdoB-RJ), **Alice Portugal** (PCdoB-BA), **Margarida Salomão** (PT-MG), **Juliana Brizola** (PDT-RS), **Aliel Machado** (PSB-PR), **Lídice da Mata** (PSB-BA), **Marcelo Ramos** (PR-AM), **Dani Monteiro** (PSOL-RJ), **Bacelar** (Podemos-BA). Como se pode constatar, não foi propriamente um encontro de estudantes conscientes da necessidade de reconstruir as organizações estudantes pela base, e trabalhar pela organização nacional de um poderoso movimento da juventude oprimida. O PCdoB, PT e PSOL, rodeados pelo PSB e PDT, de fato, armaram um palanque à oposição burguesa e pequeno-burguesa, enfraquecida pelo golpe de Estados, pela derrubada do governo petista, pela prisão de **Lula** e pela derrota eleitoral, em outubro.

Segundo a presidente da UNE, o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas são “*um espaço permanente de disputa e garantia dos nossos direitos. Nesses espaços são decididos os rumos do nosso país, dos nossos estados e, portanto, precisamos garantir a representação da voz dos estudantes*”. Esse pronunciamento, típico dos derrotados, e dos serventes da democracia burguesa, oligárquica e caricata, expôs o oportunismo em toda linha e a impotência da direção da UNE. O seu presidente descaradamente ocultou o caráter de classe do Estado e, portanto, da democracia, regime político que serve ao exercício da ditadura da minoria capitalista sobre a maioria explorada. Ocultou que essa mesma democracia oligárquica pariu o golpe de 2016, amparou a ditadura civil de **Temer**, e impôs a bárbara reforma trabalhista. Essa mesma democracia está para aprovar a violenta reforma da Previdência. As direções burocráticas prestam um serviço à burguesia, ao chamarem os estudantes a confiarem nas instituições da burguesia e, assim, a renunciarem à luta no campo da independência de classe e a desconhecerem a tarefa de erguer a democracia proletária.

Burocratização e desorganização

Os debates não foram democráticos. Políticos e parlamentares dos partidos que dirigem a UNE tiveram privilégios. Foi

também dado um grande espaço a reitores, para fazerem demagogia, ou a intelectuais antimarxistas, como Boaventura de Sousa Santos, para difundirem suas teses pós-modernas. A discussão das ideias se perdeu no marasmo acadêmico ou pseudo-acadêmico, com os painéis de trabalhos apresentados por estudantes, valendo certificado, ao mesmo tempo em que nenhum espaço foi aberto ao debate das teses e posições políticas.

Todas as atividades atrasavam cerca de duas horas. Na discussão sobre a luta dos grêmios, a militância da Corrente Proletária na Educação/POR propôs o início das atividades, com microfone aberto aos presentes, momento raro em que teve a oportunidade de sintetizar o programa proletário para a juventude. Quando o presidente da UBES chegou, tentou interromper e substituir o debate por uma apresentação de cada um no auditório. O plenário rejeitou. Os jovens mostravam as dificuldades que enfrentavam com a retirada de direitos, ameaças ao passe livre, opressão nas escolas e perseguição da direção. Representantes da UBES jogavam tudo para o terreno legalista ou para as redes sociais. Enquanto a Corrente Proletária expunha as bandeiras de combate da juventude, defendia a ação direta, propunha a retomada do método das ocupações e explicava a importância de a juventude construir junto com o proletariado uma greve geral para derrotar a reforma da Previdência de Bolsonaro e revogar as medidas de Temer.

A desorganização do evento mostrou a unidade entre forma e conteúdo da política reformista e distracionista. Houve uma deliberada intenção da direção das entidades de impedir o debate aprofundado dos problemas da juventude, do ensino, do trabalho e da pobreza. Distrair e desorganizar, essa foi a tônica pré-estabelecida. Festa, shows, música em alto volume. Demora na alimentação e deslocamento. Privilégios para delegações do campo político da direção burocrática. Além da arregimentação despolitizada da juventude pelos partidos estalinistas e reformistas.

Como se comportaram as oposições?

A direção da UJS estava bloqueada com as Juventudes do PDT, PSB, Levante Popular da Juventude e PT (Quizomba, JR, Para Todos). A Juventude Revolução (O Trabalho-PT) defendeu que a candidatura de Haddad expressou resistência à retirada de direitos, e que se deve avançar neste sentido. Nenhuma menção ao fascismo, de que tanto se falou nas eleições, em apoio a Haddad, foi feita. Em seu texto, trouxe uma crítica demagógica à conciliação de classes do PT. Defendeu a renegociação das dívidas do FIES, como se juros zero resolvesse a inadimplência. A Juventude do PT, Resistência Socialista, só escreveu generalidades, como aprofundar a democracia, lutar por projetos e sonhos. Apesar dos atritos em alguns momentos, fizeram acordo de cúpula em torno das resoluções a serem aprovadas.

As esquerdas conseguiram ter uma presença significativa, ainda que em minoria. Mas, não moveram uma só palha para se unificarem por meio de plenárias de base. Ficaram passivas diante da desorganização, realizaram suas atividades paralelamente, mantendo suas bancadas em “currais”, sem contato com outras posições. E compactuaram com o caráter festivo e distracionista. A Afronte, (Resistência-PSOL), previu em sua programação os momentos de praia e de shows.

Nas teses da oposição, eram comuns as críticas difusas aos governos do PT, ao burocratismo da direção e aos ataques de Bolsonaro. Faziam um chamado à unidade na luta, sem apresen-

tar o caminho e o método, bem como sem procurar reunir forças contrárias ao colaboracionismo reinante. O PCB/UJC propunha uma “ampla unidade política e social contra o atual governo”, fundamentada num “projeto estratégico de universidade que esteja radicalmente associado aos interesses e necessidades dos trabalhadores e dos povos em luta: a Universidade Popular”. O projeto gelatinoso de “Universidade Popular” é a ideia de uma nova Educação nos marcos da sociedade capitalista. Acabou sendo uma variante reformista, no espectro oportunista do encontro. Consideram que Bolsonaro expressa um neofascismo, sem a correspondente resposta tática e estratégica.

Os prestistas da Juventude Comunista Avançando também defenderam a Universidade Popular, voltada a demandas sociais. Percebe-se o respeito à propriedade privada quando propõe, ante as novas regras do FIES, uma renegociação de dívida a juros zero. Ora, se educação não é mercadoria, nenhum jovem deve pagar. Deve-se defender a anulação das dívidas e fim do sistema privado.

A juventude da Resistência (PSOL), fruto da cisão com o PSTU, também caracteriza o governo como neofascista. Defende uma alternativa que não seja o antipetismo, como Ciro Gomes. Critica os governos do PT e a prioridade de voltar ao poder em 2018 por meio das eleições (não menciona que foi arrastada por essa campanha no segundo turno, votando em Haddad). Reivindica que Boulos, na campanha, defendeu propostas radicais e bandeiras históricas da esquerda, numa clara adaptação ao pequeno caudilho oportunista. Reivindica o aprofundamento da aliança com o PCB e MTST. Mas, estavam separados no Coneb. Aliás, nem as juventudes do PSOL se uniram.

O Vamos à Luta (PSOL) tem sua ênfase no discurso moralizante. Prisão e confisco a todos corruptos, sem distinção. Posição de se somar à Lava Jato, estendendo-a a todos partidos corruptos. A independência de classe passa longe. Fala em fortalecer a oposição de esquerda na UNE, tendo como referência o movimento #EleNão e a campanha de viravoto.

O Rua mostrou-se a variante mais culturalista das correntes do PSOL. Defende enfrentar os ataques de Bolsonaro com movimento cultural. Dilui as classes sociais em 1% que explora contra 99% de explorados. Coloca como tarefa imediata formar frentes amplas para eleição de reitorias. Aponta enfrentar os ataques aos estudantes do Prouni e FIES com “regulamentação do ensino privado” e barrar a evasão com cotas e assistência estudantil.

A Correnteza, da UJR-PCR-UP, trouxe um material com uma característica bem jornalística, denunciando elementos da conjuntura nacional e internacional, sem bandeiras concretas. A superficialidade é funcional ao oportunismo, permite qualquer zigue-zague. Defendeu em seu texto a cultura para enfrentar o fascismo.

Ante a confusão, fragmentação e dispersão no campo das oposições, coloca-se a tarefa na preparação do 56º CONUNE. A terrível experiência do encontro de Salvador indica a importância de fortalecer a Corrente Proletária da Educação. O trabalho de reconstrução pela base das organizações estudantis, demolidas pelas direções estalinista e reformista, poderá impulsionar a vanguarda combativa. Desde já, é preciso preparar 56º CONUME, de forma a dar materialidade ao programa revolucionário.

A plenária final

A plenária final foi realizada no domingo, com mais de duas horas de atraso, em um ginásio, com os agrupamentos políticos atuando com torcidas organizadas. Não se prestava atenção às

4º Congresso da UNE-UBES

falas, apenas se manifestavam conforme os dirigentes indicassem. Homenagens e falas criavam a ideia de uma continuidade das lutas estudantis da ditadura aos dias de hoje. Ex-presidentes da UNE e UBES davam depoimentos. Um deles, ao puxar um “Fora Bolsonaro” e “Fora Maia” foi vaiado pela delegação majoritária, e apoiado pela oposição. Após a leitura da “Carta de Brasília”, assinada pelas direções da UNE, UBES e ANPG, foram apresentadas as teses das correntes. Eram feitas as falas em três blocos. Conjuntura, Educação e Movimento Estudantil. A tese do POR defendia a aprovação das seguintes resoluções:

“– **Caracterizar que, mesmo sendo eleito, o governo Bolsonaro é continuidade do golpe de 2016. Sua missão é atacar as massas apoiando-se nos militares, imperialismo e Igrejas. Trata-se de uma ditadura policial-militar.**

Lutar com os métodos de ação direta para:

- Revogar a Emenda Constitucional 95; Reforma do Ensino Médio e BNCC; Reforma Trabalhista e Lei da Terceirização.
- Impedir a aprovação da Escola sem Partido
- Pôr abaixo a Reforma da Previdência
- Defender a vida da juventude. Não à redução da maioria penal. Que todo jovem possa combinar trabalho e estudos. Jornada de 4 horas e o restante para estudo e lazer.
- Conquistar o passe livre para estudantes e desempregados. Estatização das empresas de transporte, sem indenização, sob controle operário.
- Combater toda discriminação compreendendo que as opressões sobre mulheres e homossexuais são expressões da opressão de classe, baseadas na propriedade privada capitalista.
- Garantir o livre acesso a todos os níveis de ensino. Fim das provas de ingresso. Garantia de condições de permanência.
- Anistiar toda dívida contraída para estudar (FIES e outras modalidades), incorporação dos estudantes da rede privada no sistema público.
- Estatização da rede privada de ensino, sem indenização. Por um sistema único, público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob controle dos que estudam e trabalham.
- Erguer uma frente única anti-imperialista.
- Lutar pelo fim de toda opressão e exploração. Pela revolução socialista.
- Reconstruir as organizações estudantis pela base. Restabelecer a democracia das assembleias e os verdadeiros congressos de delegados, eleitos diretamente pelos estudantes”.

Evidentemente, as condições não permitiram que a Corrente Proletária da Educação/POR defendesse na plenária sua plataforma. Mas se fez o trabalho de propaganda e agitação de seu manifesto.

As resoluções aprovadas corresponderam à tese Canto de esperança, da UJS

Quanto à conjuntura, foi aprovado que o movimento estudantil contribua para a “construção de uma ampla frente democrática e popular em defesa do Brasil e em oposição radical ao governo Bolsonaro, que tenha espaço para todos os agentes que percebem a gravidade do momento que o nosso país vive, e não admitem o retorno dos tempos mais sombrios da ditadura militar”. A Frente democrática corresponde ao terreno da

democracia burguesa e oligárquica, e o “espaço para todos” é o salvo conduto para qualquer aliança oportunista.

A resolução para Educação faz a defesa abstrata da manutenção das universidades públicas, da autonomia e do financiamento. Coloca-se pela manutenção das bolsas de assistência estudantil e do ProUni. Uma política rebaixada, que não coloca em questão a expropriação do sistema privado de ensino, e muito menos da autonomia como autogoverno da comunidade, por meio do Governo Tripartite, subordinado à Assembleia Geral Universitária. Defende apenas o voto paritário nas consultas para reitor.

A resolução do Movimento estudantil convoca “uma ampla JORNADA DE LUTAS pelos CAs junto à UNE, que mobilize de forma unificada assembleias nas universidades de todo o país e organize manifestações no mês de março”. Bem abstrato.

Sobre a situação da Venezuela, a resolução é “em defesa da paz e da autodeterminação dos povos”, uma resolução bem vazia e pacifista. O POR propagandeou no encontro o manifesto “Fora o imperialismo da Venezuela, em defesa de sua autodeterminação”.

A intervenção do POR

A Corrente Proletária Estudantil (CPE) participou da bienal com intervenções, panfletagens e banca de materiais. A CPE executou ainda uma atividade de lançamento da Revista Proletária da Educação nº 8. Durante a atividade, discutiu-se a decadência da educação burguesa, e o seu limite histórico no capitalismo fadado à decomposição. Temas centrais que compõem a revista foram expostos e debatidos, como a mercantilização da educação; o avanço do obscurantismo religioso e escola sem partido e a burocratização do Movimento Estudantil. Os presentes realizaram um debate vivo, mostrando a preocupação com o crescente controle da educação por militares, igrejas e empresariado, além do controle burocrático do Estado. Mostramos que quem deve controlar a educação é quem estuda e trabalha e que é preciso defender um único sistema de ensino público, gratuito, laico e vinculado à produção social. Graças à nossa exposição, via megafone, os contatos puderam ser aproximados, tendo em vista a relevância de nossa política para combater e resolver as mazelas que permeiam a juventude pobre. Os participantes se mostraram receptivos à política revolucionária.

A 11ª Bienal, o 4º ENG e o 15º CONEB da UNE expressaram a necessidade urgente da construção de uma fração revolucionária no seio das organizações estudantis. Fração esta que venha a se constituir enquanto direção, e possa romper com os métodos de luta interburgueses, encarnando o programa do proletariado para a educação. Somente a penetração da política revolucionária da classe operária no movimento estudantil poderá varrer as direções burocratizadas e fazer frente aos ataques imperialistas fascizantes que serão executados pelo governo militarista e policial de Bolsonaro.

Pela falta de uma direção revolucionária, o potencial do encontro foi entorpecido e dispersado. A capacidade criadora da juventude e seu instinto de revolta, mostrado nas jornadas de junho de 2013, e na onda de ocupações de escolas, em 2015 e 2016, reafirmam que há disposição de luta. A greve geral de abril de 2017 indicou que a classe operária tem a força capaz de derrotar as medidas dos governos. Mas as direções, que têm um poderoso aparato, sustentado pelo dinheiro fácil das carteirinhas e por acordos com governos, em vez de impulsionar, bloqueiam as lutas.

Contra a política de conciliação de classes da direção da UNE e UBES! Reconstruir as entidades pela base! Preparar desde já a intervenção no CONUNE.

Manifesto

Reconstruir as entidades estudantis pela base! Pôr abaixo as medidas obscurantistas e ultraliberais de Bolsonaro! Defender emprego e estudo para toda a juventude!

Os encontros simultâneos promovidos pela UNE, UBES e ANPG agregaram estudantes de várias partes do Brasil, de vários níveis de ensino. É preciso que sirvam para organizar os duros combates, necessários em defesa da vida da juventude. O começo do governo de ditadura militar-policial de Bolsonaro, logo de início, impôs o salário mínimo de fome e extinção do Ministério do Trabalho. Retoma a reforma da Previdência, objetivando torná-la mais violenta que a de Temer. Promete ir mais fundo ainda na reforma trabalhista.

O capitalismo só tem a oferecer miséria, desemprego e opressão

É o jovem quem mais sente nas costas o peso da crise capitalista, amargando com o desemprego, a decomposição social e a matança de um significativo contingente da juventude. É a juventude que compõe a maior parcela dos desempregados; mas, se trabalha, cerca de 40% começam a trabalhar antes dos 14 anos, encara os empregos mais precários, com maiores jornadas; além disso, ganham menos que os demais trabalhadores. E isso piorou com a implantação da reforma trabalhista e lei da terceirização.

De 2006 a 2016, o assassinato de jovens de 15 a 29 anos cresceu 23%, foram 325 mil vítimas. Enquanto isso, 23% dos jovens não estudam, nem trabalham. A maior parte é de mulheres, que executam exclusivamente trabalho doméstico. Considerando a situação das crianças e adolescentes, 6 a cada 10 vivem na pobreza, são 32 milhões, dos quais a grande maioria é negra, e se concentra no Norte e Nordeste. A barbárie social se manifesta de várias maneiras. Cresce o controle do **crime organizado** sobre regiões inteiras. São dez estupro coletivos por dia, além de milhares de casos de violência sobre mulheres e homossexuais.

A juventude é uma fonte enorme de criatividade e disposição, sendo, por isso, um setor dinâmico da sociedade. Mas o capitalismo em decadência esmaga essa força criadora.

As medidas da ditadura civil de Temer aprofundaram a crise da Educação, escancarando a Educação Básica para a mercantilização, com a Reforma do Ensino Médio e a BNCC. A ampliação do Ensino em Tempo Integral leva ao fechamento de turnos inteiros, expulsa da escola o jovem que precisa trabalhar e cria mais discriminações. Um dos ataques mais graves de Temer foi o de congelar por 20 anos o orçamento dos gastos sociais, já mutilado pela aplicação do ajuste fiscal desde 2015. **Precisamos lutar pela revogação da Reforma do Ensino Médio e BNCC. Organizar nas escolas a luta contra a implantação das Escolas em Tempo Integral. Exigir a revogação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização. É de interesse da juventude lutar pelo direito ao trabalho e a aposentadoria. Ergamos a bandeira de “abaixo a reforma da Previdência”.**

Organizar a luta direta contra Bolsonaro e seus ataques

Os planos de Bolsonaro para os jovens são ainda mais funestos. Por um lado, anuncia uma “linha dura” quanto à segurança, aumentando a criminalização da pobreza e da juventude. Promete reduzir a maioria penal, como se a punição no sistema socioeducativo, em que um jovem infrator morre a cada 8 dias, já não fosse o bastante.

Dentre suas ameaças fascizantes, está o Projeto Escola Sem Partido, que pretende deixar a escola ainda mais anticientífica. Reforça o obscurantismo religioso. Em nome das famílias, quer aumentar o poder das Igrejas, que já submetem uma parcela gigantesca de jovens à alienação religiosa. Além disso, a Escola Sem Partido vem com a missão de perseguir a vanguarda estudantil e os trabalhadores de educação que lutam. Se aprovada, instituirá a escola da delação, jogará estudantes contra professores e punirá com multas e demissões. Em nome do combate à “ideologia de gênero”, reforçará a concepção das Igrejas de submissão das mulheres e condenação de homossexuais como desviantes e de transexuais como aberrações. **É urgente organizar a luta contra a Escola sem Partido com os métodos da ação direta. Nenhuma confiança no parlamen-**

Precisamos lutar pela revogação da Reforma do Ensino Médio e BNCC. Organizar nas escolas a luta contra a implantação das Escolas em Tempo Integral. Exigir a revogação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos, da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização. É de interesse da juventude lutar pelo direito ao trabalho e a aposentadoria. Ergamos a bandeira de “abaixo a reforma da Previdência”.

to e no judiciário burgueses.

Outro aspecto do governo Bolsonaro, é a militarização. As Forças Armadas estão no núcleo de seu ministério, composto também por religiosos e ultraliberais. Em seu primeiro dia, Bolsonaro já decretou a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Nas escolas militares, a lógica é a dos quartéis. Total rigidez disciplinar e banimento de qualquer expressão da individualidade dos jovens em sua vestimenta, cortes de cabelo e linguagem. Total controle ideológico. **Nem empresas, nem militares devem controlar as escolas. Quem deve decidir os rumos da educação são os que estudam e trabalham. Pela soberania da assembleia escolar.**

Por fim, apesar de se apoiar na retórica da defesa da soberania nacional, o governo Bolsonaro não passa de um capacho do imperialismo norte-americano. Não por acaso seu “superministro” da Economia Paulo Guedes é defensor do modelo de privatização com a criação de “vouchers” um tipo de Prouni em que o governo garante algumas bolsas para parte das crianças e jovens em uma rede de ensino totalmente privatizada. As medidas de Temer já pavimentaram o caminho para a entrega da gestão das escolas às empresas privadas. A permissão que parte do Ensino Médio seja realizada via ensino a distância, no caso do EJA até a sua totali-

dade, é um grande negócio para as corporações estrangeiras que vendem estes serviços.

O acesso ao ensino superior deve ser dificultado. Está nos planos do governo passar a cobrar mensalidades nas universidades públicas, além de aumentar o endividamento dos jovens no ensino superior privado. A defesa de uma “educação meritocrática” aponta que até mesmo a limitada política de cotas do reformismo está ameaçada. **O movimento estudantil tem de responder a qual-quer retrocesso.**

A submissão ao imperialismo, porém, tem outras consequências gerais. O governo cobrará mais sacrifícios das massas para sustentar a dívida pública: privatizações, cortes de direitos, salários arrochados, mais exploração. Bolsonaro objetiva colocar o Brasil como um soldado de Trump, ajudando no massacre de palestinos e na ofensiva contra Cuba e Venezuela. A juventude precisa se levantar no combate anti-imperialista. **É preciso que o movimento estudantil seja internacionalista, se ligue aos movimentos e interesses dos trabalhadores e juventude oprimida no mundo. Que trabalhe pela constituição de uma frente única anti-imperialista, que erga a bandeira de: não ao pagamento da dívida pública, expropriação das corporações de educação, por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob o controle dos que estudam e trabalham.**

Transformar a revolta da juventude oprimida em organização consciente

Diante de tantos ataques às condições de vida, estudo e trabalho, a juventude tem se levantado, mostrando uma tendência de luta. Isto se confirma nos levantes contra o aumento das tarifas, em 2013, que se tornaram gigantescas manifestações em todo o país. Assim como na onda de ocupações de escola, que ocorreram contra o fechamento de salas e escolas (SP, 2015); contra a entrega das escolas para Organizações Sociais (GO, 2015); e contra a PEC do Teto dos Gastos e Reforma do Ensino Médio, que começou no Paraná, em 2016, e se espalhou para mais de mil instituições de ensino no Brasil.

Estas lutas ocorreram por fora das direções estudantis, inclusive manifestando um rechaço às entidades. Isto ocorre porque, sob os governos do PT, as entidades de massa (inclusive estudantis) foram dominadas pela política de colaboração de classes, estatizadas e burocratizadas. Porém, em vez de lutar para retomar o controle dos estudantes sobre suas entidades, acabou predominando uma direção “autonomista”, que se espalhou a partir da influência do MPL nas jornadas de junho de 2013. Em nome da horizontalidade e apartidarismo, acaba substituindo as deliberações em assembleia gerais por decisões de cúpulas. E se **constituiu um autonomismo localista** nas lutas, que impede a centralização contra o poder do Estado.

É urgente reconstruir pela base as entidades estudantis. Muitas têm uma existência apenas artificial, vivendo do dinheiro fácil das carteirinhas, sem o controle coletivo das bases. Outras estão fechadas. Para reabrir e recuperar o funcionamento democrático, **é preciso restabelecer a democracia baseada nas assembleias. Reorganizar o movimento estudantil convocando os congressos de base, que envolvam as massas estudantis.** Isto é fundamental para enfrentar os ataques dos governos em nível municipal, estadual e federal.

Desde o golpe de Temer, as direções das entidades estudantis fizeram todo esforço para canalizar as lutas para o terreno parlamentar. Defendem que a juventude deve ser espectadora do que ocorre em Brasília. A campanha “Ocupar as urnas” mostra bem como as direções desviam a tendência da juventude se enfrentar com os ataques para o estreito espaço das eleições. Depois fizeram uma campanha fraudulenta dizendo que para enfrentar o fascismo era preciso votar em Haddad. Passadas as eleições, estas direções se mostram dispostas a uma oposição propositiva e nem falam mais em fascismo. O governo direitista terá de ser enfrentado com os métodos da classe operária: as greves, ocupações, barricadas, grandes marchas. A juventude tem de ajudar a retomar o caminho das ocupações e da greve geral de 28 de abril de 2017. Confiar no terreno jurídico parlamentar só vai **nos** deixar desarmados para enfrentar o chumbo grosso preparado por Bolsonaro.

Que os encontros estudantis da UNE, UBES e ANPG rompam com a linha eleitoreira de subordinação da luta à esfera do parlamento e do judiciário. Basta de fazer do movimento trampolim para o carreirismo parlamentar. Que a juventude, que se ergueu contra as medidas de Temer, retome suas entidades para a luta e enfrente os ataques de Bolsonaro.

Diante disto, a Corrente Proletária Estudantil propõe que o 15º Coneb da UNE e o 4º Encontro de Grêmios da UBES (ENG) aprovem as seguintes resoluções

- Caracterizar que mesmo sendo eleito, o governo Bolsonaro é continuidade do golpe de 2016. Sua missão é atacar as massas apoiando-se nos militares, imperialismo e Igrejas. Trata-se de uma ditadura policial-militar.

Lutar com os métodos de ação direta para:

- Revogar a Emenda Constitucional 95; Reforma do Ensino Médio e BNCC; Reforma Trabalhista e Lei da Terceirização.
- Impedir a aprovação da Escola sem Partido
- Pôr abaixo a Reforma da Previdência
- Defender a vida da juventude. Não à redução da maioridade penal. Que todo jovem possa combinar trabalho e estudos. Jornada de 4 horas e o restante para estudo e lazer.
- Conquistar o passe livre para estudantes e desempregados. Estatização das empresas de transporte, sem indenização, sob controle operário.
- Combater toda discriminação compreendendo que as opressões sobre mulheres e homossexuais são expressões da opressão de classe, baseadas na propriedade privada capitalista.
- Garantir o livre acesso a todos níveis de ensino. Fim das provas de ingresso. Garantia de condições de permanência.
- Anistiar toda dívida contraída para estudar (FIES e outras modalidades), incorporação dos estudantes da rede privada no sistema público.
- Estatização da rede privada de ensino, sem indenização. Por um sistema Único público, gratuito, laico, vinculado à produção social e sob controle dos que estudam e trabalham.
- Erguer uma frente única anti-imperialista.
- Lutar pelo fim de toda opressão e exploração. Por uma revolução socialista.
- Reconstruir as organizações estudantis pela base. Restabelecer a democracia das assembleias e os verdadeiros congressos de delegados, eleitos diretamente pelos estudantes.

Nesta edição:

- **Venezuela:** Devido à ausência da política do proletariado, a Venezuela acabará sendo saqueada pelas potências estrangeiras.
- **Venezuela:** O imperialismo norte-americano prepara a intervenção e promove a guerra civil.
- **Homenagem a Lênin:** 95 anos da morte de Lênin.
- **Lênin:** Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.



Devido à ausência da política do proletariado, a Venezuela acabará sendo saqueada pelas potências estrangeiras

A atual crise venezuelana, novamente, colocou em evidência o princípio de que, nesta altura do desenvolvimento do capitalismo decadente, em que já foram esgotadas todas as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas, já não é possível um amplo desenvolvimento integral e harmônico das forças produtivas no marco da ordem burguesa.

Na atual situação, na qual a Venezuela se converteu em um elo da guerra econômica entre as grandes potências, que lutam por controlar maiores espaços no mercado mundial, a classe dominante venezuelana e o reformismo burguês estão condenados a entregar ao imperialismo norte-americano, ou à Rússia e China, os seus recursos naturais, para que, não só saqueiem as grandes reservas de petróleo e ricas reservas minerais, como também imponham o governo que for mais conveniente para manter em segurança seus investimentos.

Aqueles que terminarem, no presente conflito, como os donos do país caribenho, levarão tecnologia somente para saquear de forma mais rápida e massivamente os recursos naturais que lhes interessam e consolidarão as suas posições na guerra econômica que hoje travam pelo controle da economia mundial. O restante de sua economia, que não é ligada à produção de hidrocarbonetos e matérias-primas, permanecerá abandonada e se debatendo no atraso. Não resolverão os problemas da miséria, do atraso, do desemprego, da ausência de serviços básicos, etc. da maioria dos venezuelanos. A submissão e a exploração imperialista sobre o país capitalista atrasado se acentuarão.

Tudo isso com o entusiástico apoio da servil oposição de direita da Venezuela e do resto do continente que, sob o pretexto de defender os direitos humanos e salvar a democracia burguesa, felicitaram a intervenção imperialista sobre a Venezuela. Por outro lado, o governo Evo Morales e os governos do México, Nicarágua, Cuba e alguns outros, levantam a bandeira de autodeterminação dos povos, sem denunciar que o governo de Maduro também se converteu em um instrumento de intervenção chinesa e russa, igualmente

interessadas em saquear o petróleo e os minerais venezuelanos.

Quando se fala em autodeterminação dos povos, nos termos da resolução do Congresso da Terceira Internacional Comunista, dirigida por Lênin, trata-se da necessidade de que os povos possam definir, por si mesmos, seu destino, rechaçando toda forma de intromissão imperialista. O proletariado desses países, além de lutar com a maioria oprimida contra a opressão internacional, deve manter a sua independência política frente aos seus governos burgueses, na perspectiva de se converter em direção do país oprimido para materializar a revolução social.

A tragédia do proletariado venezuelano é que, durante todo o período do governo reformista, atuou como sustentação do chavismo. Viveu a ilusão de que estava diante de um governo socialista, embriagado pelos frenéticos discursos anti-imperialistas de seus governantes, que desenvolveram uma política rentista para manter sob controle a maioria dos pobres venezuelanos. O proletariado não teve como se diferenciar politicamente, devido, precisamente, à ausência do programa revolucionário e de um partido marxista-leninista-trotskista.

Essa ausência, agora, impede que a crise possa ter uma saída revolucionária, pela via de uma real materialização da autodeterminação do povo venezuelano. Já não há a possibilidade de que um governo burguês possa se rebelar contra o imperialismo e outras potências mundiais, e que possa conduzir a economia e a política venezuelanas, sob a perspectiva de desenvolvimento capitalista do país.

A Venezuela necessita de que o proletariado se incorpore como uma real direção política da nação oprimida; mas, para conquistar este propósito, deve se estruturar como programa, como partido. O fortalecimento do trabalho de reconstrução da IV Internacional será o caminho que permitirá ao proletariado venezuelano abreviar o processo de sua consolidação como classe e abrir a possibilidade da revolução social.

(Extraído do *Jornal Massas*, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Venezuela

O imperialismo norte-americano prepara a intervenção e promove a guerra civil

Em 12 de fevereiro, o autoproclamado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, afirmou que, em dia 23 de fevereiro, ingressará no país a “ajuda humanitária”, oferecida pelos EUA, Brasil, Colômbia e outros países. Foi taxativo, ao prometer que “a ajuda humanitária irá entrar, sim ou sim, porque o usurpador terá de se ir, sim ou sim, da Venezuela”.

Os primeiros caminhões com alimentos e medicamentos, enviados pelos Estados Unidos, já haviam chegado, no começo desse

mês, à cidade colombiana de Cúcuta, na fronteira com a Venezuela, e ao estado de Roraima, no norte do Brasil. Trata-se de 85 mil suprimentos alimentícios e medicamentos, incluindo “1,7 milhões de rações nutricionais para crianças, e 4.500 para grávidas”. O Parlamento venezuelano, trincheira da oposição, seria encarregado de fiscalizar a entrega, cabendo às ONGs e às Igrejas sua administração e distribuição. Por meio dessa manobra, o imperialismo objetiva abrir caminho para a intervenção e derrubada de Maduro.

A reação do governo chavista foi a de bloquear a fronteira com a Colômbia, de um lado, e dificultar e controlar a do Brasil, de outro. Guaidó e o imperialismo exortaram os militares a romperem a cadeia de comando e abrirem passagem à entrada dos produtos e suprimentos. O êxito dessa ofensiva levará à derubada do governo. Ou, então, conduzirá ao intervencionismo e à guerra civil.

Esse equilíbrio instável acabará por reforçar, em última instância, as posições pró-imperialistas, incluindo uma fração do comando militar. Não há como a classe operária assumir a luta anti-imperialista e anti-intervencionista, com seu próprio programa e métodos de luta, uma vez que não tem o partido revolucionário. Cresce a pressão externa sobre as Forças Armadas e a oposição mantém as mãos livres para conspirar e usar as manifestações massivas. Um general das Forças Aéreas e um almirante da Marinha, embora aparentemente isolados, serviram de caixa de ressonância dos Estados Unidos, chamando as tropas e oficiais a se rebelarem. O que expõe o agravamento da instabilidade do governo Maduro.

Guaidó apresentou, na passada semana, o *Plano País*, discutido em uma reunião com as câmaras empresariais (Fedecâmaras, Federação Nacional de Criadores de Gado, etc.) e dos representantes comerciais dos EUA. O objetivo fundamental é o da reestruturação da dívida externa (via empréstimos do FMI), e a privatização da PDVSA, assim como outras dezenas de empresas públicas. Planeja também congelar gastos e subsídios sociais, e ajustar os preços dos produtos básicos e serviços internos.

Mais um passo foi dado nesse sentido na quinta-feira, 14 de fevereiro, quando a Assembleia Nacional “designou” uma “nova mesa diretiva” de Citgo, a filial da PDVSA nos Estados Unidos. Se bem a Citgo continua a operar nos EUA, seus recursos estão bloqueados e impedidos de ser enviados à Venezuela, sendo colocados à disposição da oposição, para comprar a volumosa “ajuda humanitária”.

A tal da “ajuda humanitária” do imperialismo oferecida pela oposição entreguista e servil nada mais é que o uso de fundos soberanos do país oprimido para objetivos que nada dizem respeito às necessidades da nação ou das massas. O controle do imperialismo sobre o sistema financeiro e cambiário mundial é claramente usado para promover o intervencionismo. O mesmo se passa com a demagogia imperialista de que o chavismo seria o único responsável pela miséria, a fome, a carestia e atraso do país. A responsabilidade de Maduro está em não ser capaz de expropriar o grande capital, estatizar o capital financeiro e impor o monopólio do comércio exterior. Essa era a via para responder ao cerco econômico e financeiro à Venezuela. Não basta estar claro e denunciar as ações dos Estados Unidos como principal fator da crise econômica do País e a expansão da miséria das massas. Sem uma contra-ofensiva revolucionária, o imperialismo vem impondo sua política de asfixia financeira e intervencionista. A prepotência de Trump chegou ao ponto de bloquear as transações de PDVSA e o acesso do país ao mercado, para renovar os títulos da dívida pública ou solicitar novos empréstimos, o que tem imposto pesadas perdas à Venezuela.

O governo chavista recorreu à venda de reservas de ouro a diversos países do mundo. O que se soma às medidas que facilitam a penetração de capitais russos e chineses que, se bem permitiram

a sobrevivência do nacional-reformismo, injetando capitais e facilitando a importação de materiais e equipamentos, agravam também sua dependência em face às movimentações e aos interesses da burocracia estatal e oligarquias burguesas de ambos os países.

Está aí demonstrado como as manobras das diversas potências ao redor do destino do país e de suas riquezas naturais se estruturam como elos na disputa interimperialista pelas fontes de matérias primas, no marco do agravamento da guerra comercial do capitalismo em desagregação. É nesse quadro ainda que os monopólios e governos europeus lançaram uma “missão diplomática”: o chamado Grupo Internacional de Contato, que se reuniu no Uruguai para achar uma “solução pacífica, política, democrática e venezuelana”. O grupo está composto por Portugal, Espanha, Itália, França, Alemanha, Reino Unido, Holanda e Suécia. E pretende servir de máscara ao imperialismo europeu, para

ocupar um lugar ativo na queda de Maduro, e na transição política que se seguirá.

O fundamental do assinalado está em que as massas venezuelanas empobrecidas, famintas e carentes do mínimo para sobreviver, comparecem na disputa interburguesa apenas como meio de manobra. Estão impedidas de compreender as bases materiais e econômicas de sua penúria e fome, porque lhes falta sua direção revolucionária. Acabam,

assim, arrastadas por uma ou outra ala burguesa. A chave dessa dura experiência está em a vanguarda compreender a necessidade de organizar o partido revolucionário, pondo-se a armar os explorados do programa da revolução proletária.

Diante do intervencionismo e da conspiração burguesa interna, é fundamental defender a autodeterminação da Venezuela. A luta incondicional pela derrota do imperialismo passa pela organização da classe operária no seu terreno próprio de luta, com seu programa, tática e método de combate. O governo chavista já deu provas de impotência. Nunca foi além de conflitos nacionalistas com o imperialismo, sem romper as relações de domínio do capital financeiro e monopolista. Tudo indica que é tarde para reagir. A oposição contrarrevolucionária está com a iniciativa política. Trump conseguiu reunir uma frente burguesa na América Latina para extirpar o chavismo. O imperialismo europeu se movimenta para não ficar à margem do controle das reservas petrolíferas. A China e a Rússia têm seus interesses particulares a serem assegurados. A Venezuela está cercada por todos os lados do exterior. A classe operária latino-americana e mundial assiste passivamente à ofensiva dos saqueadores. Sem o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional, não há como pôr em pé um movimento internacionalista de defesa da nação oprimida, de derrota do imperialismo e de defesa do programa socialista. Essa situação extremamente difícil e adversa deve ser compreendida a fundo pela vanguarda, para dela tirar todas as lições e pôr em marcha a construção do partido marxista-leninista-trotskista.

***Fora o imperialismo da Venezuela!
Combater o cerco e o intervencionismo montado por Trump!
Por um programa de expropriação da burguesia venezuelana e do imperialismo!
Lutar sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias!***



Sem uma contra-ofensiva revolucionária, o imperialismo vem impondo sua política de asfixia financeira e intervencionista.

95 anos da morte de Lênin

“Lênin já não existe, mas temos o leninismo. O que havia de imortal em Lênin – os seus ensinamentos, seu trabalho, o seu método, o seu exemplo – vivem em nós, neste Partido que criou, neste primeiro Estado operário, à frente do qual se encontrou e dirigiu”.

Leon Trotsky, 22 de janeiro de 1924

Lênin morreu em 21 de janeiro de 1924. Os 95 anos que nos separa do principal dirigente da Revolução Russa são marcados pela comprovação de sua doutrina, que se assentou inteiramente na obra de Marx e Engels. Nasceu em 10 de abril de 1870, segundo o calendário russo, em Simbirska. Em 1887, portanto, 17 anos depois, Vladimir Ilich Ulianov era expulso da Universidade de Kazan, por ter participado em uma manifestação estudantil, e confinado em uma fazenda de sua avó materna em Kokushkino. Lênin é autorizado a voltar à Universidade em 1890. Forma-se no curso de Direito e inicia o exercício da advocacia em Samara, dois anos depois. Sua mudança para São Petersburgo lhe permitiu vincular-se a um grupo de operários. É nesse momento, com 23 anos, que se liga diretamente à luta do proletariado. No período em que esteve confinado, aproveitou para estudar a doutrina de Marx e Engels. De maneira que, quando se pôs a educar o círculo operário em São Petersburgo, já era um marxista convicto.

Um fato de particular importância comoveu o jovem Vladimir e acendeu um ódio implacável ao czarismo. Seu irmão Alexandre Ulianov é condenado à pena de morte e executado em São Petersburgo, em 1887, acusado de participar dos preparativos de um atentado terrorista ao czar Alexandre III. Essa dolorida experiência, sem dúvida, o marcou profundamente. Mas, o que o levou a estudar as bases econômicas das transformações na Rússia foi sua assimilação do marxismo. Basta ver que uma de suas primeiras obras, de 1894, denominada *“Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas (Resposta aos artigos de Russkoe Bogatstvo contra os marxistas)”*, é dedicada à defesa do materialismo histórico e dialético. Escrita entre 1892 e 1893, foi lida em 1894 na reunião de marxistas de Petersburgo. Divulgado na forma de cadernos, auxiliou grandemente a juventude que procurava o caminho da revolução. A obra chegou até a organização socialde-

mocrata Emancipação do Trabalho, fundada por J. Plekanov, P. Axelrod, V. Zasulich, L. Deich e V. Ignatov, em 1883. Em 1895, Lênin entrou em contato com essa organização. O grupo Emancipação do Trabalho foi a semente que germinou o Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR), em 1898.

No início do século XX, Lênin já despontava como um dirigente teórico-prático, voltado a transformar o movimento socialdemocrata em um partido rigorosamente marxista, que respondesse às particularidades da Rússia em transição para o capitalismo e em estado avançado de convulsiva luta de classes. O movimento populista havia se esgotado historicamente, expressão da pequena burguesia, e cedia lugar ao movimento revolucionário do proletariado. As duas obras mais importantes de Lênin, escritas no final do século XIX – *“Quem são os ‘amigos do povo’ e como lutam contra os socialdemocratas”* e *“O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”* – já o haviam firmado como um estudioso severo das condições históricas da Rússia. Uma nova etapa de progresso de seu pensamento se abria com a luta programática e com a concepção do partido proletário no seio do recém criado POSDR. A sua obra *“Que Fazer?”*, de 1902, será uma divisão de água entre a concepção marxista do partido e a pequeno-burguesa revisionista.

Não é nosso objetivo detalhar os passos seguintes de sua biografia. Esse início é suficiente para se reconhecer a solidez científica do trabalho militante de Lênin. É obrigatório, no entanto, assinalar que, em fins de 1922 e início de 1923, Lênin dita um Testamento, alertando sobre os perigos de uma divisão no partido, como de fato veio a ocorrer entre estalinismo e trotskismo. Publicamos abaixo duas de suas cartas ao CC, que, com as demais, formam o Testamento. O acerto de suas previsões sobre uma possível divisão no partido reafirma a profunda lucidez de Lênin que conservou até os últimos momentos de sua vida.

“Carta ao Congresso”

Eu recomendaria muito que neste Congresso se introduzissem mudanças em nossa estrutura política.

Gostaria de expor-lhes as considerações que considero mais importantes.

Em primeiro lugar, coloco o aumento do número de membros do CC a várias dezenas e inclusive a uma centena. Creio que, se não emprendermos tal reforma, nosso Comitê Central se veria ameaçado de grandes perigos, caso o curso dos acontecimentos não seja de todo favorável para nós (e não podemos contar com isso).

Também penso em propor ao Congresso que, dentro de certas condições, se dê caráter legislativo às discussões da Gosplan, coincidindo, neste sentido, com o camarada Trotsky, até certo ponto e em certas condições.

Pela estabilidade do Comitê Central, da qual falava mais acima, entendo as medidas contra a ruptura, na medida em que tais medidas possam, em geral, ser adotadas. Porque, naturalmente, teria razão o guarda branco de Rússkaya Mysl (creio que era S. F. Oldenbourg) quando, no jogo dessa gente contra a Rússia Soviética, primeiro colocava suas esperanças na cisão de nosso Partido e quando, depois, a esperança de que o que iria provocar a divisão seriam as gravíssimas discrepâncias no seio do Partido.

Nosso Partido se apóia em duas classes, e por isso é possível sua instabilidade e seria inevitável sua queda, se essas duas classes não pudessem chegar a um acordo. Seria inútil adotar uma ou

23 de dezembro de 1922

Pelo que se refere ao primeiro ponto, ou seja, ao aumento do número de membros do CC, creio que é necessário, tanto para elevar o prestígio do CC, como para um realizar um trabalho sério, objetivando melhorar nosso aparato e evitar que os conflitos de pequena parte do CC possam assumir uma importância excessiva para o futuro do partido.

Considero que nosso Partido pode pedir à classe operária de 50 a 100 membros ao CC, e que possa receber dela sem colocar tensão demais em suas forças. Essa reforma aumentaria consideravelmente a solidez de nosso Partido e facilitaria a luta que trava, rodeado de Estados hostis, luta que, a meu ver, pode e deve agudizar nos próximos anos. Parece-me que, graças a essa medida, a estabilidade de nosso Partido estaria mil vezes maior.

24 de dezembro de 1922

outra medida com vista a essa eventualidade e, em geral, fazer considerações acerca da estabilidade de nosso CC. Nenhuma medida seria capaz, neste caso, de evitar a divisão. Mas, eu confio que isto se refere a um futuro longínquo, e é um acontecimento improvável demais para falar do mesmo.

Refiro-me à estabilidade como garantia contra a ruptura em um futuro próximo, e tenho a proposta de colocar aqui várias considerações de índole puramente pessoal. Creio que o fundamental no problema da estabilidade, desde esse ponto de vista, são alguns membros do CC, como Stalin e Trotsky. As relações entre eles, a meu ver, encerram mais da metade do perigo dessa divisão, que se poderia

evitar, e a cujo objetivo deveria servir, entre outras coisas, segundo meu critério, a ampliação do CC a 50 ou até 100 membros.

O camarada Stalin, tendo chegado ao Secretariado Geral, tem concentrado em suas mãos um poder enorme, e não estou seguro que sempre irá utilizá-lo com suficiente prudência. Por outro lado, o camarada Trotsky, segundo demonstra sua luta contra o CC, em razão do problema do Comissariado do Povo de Vias de Comunicação, não se distingue apenas por sua grande capacidade. Pessoalmente, embora seja o homem mais capaz do atual CC, está demasiado soberbo e atraído pelo aspecto puramente administrativo dos assuntos.

Essas características de dois destacados dirigentes do atual CC podem levar, sem querer, à ruptura, e, se nosso Partido não toma medidas para impedir, a divisão pode vir sem que se espere.

Não seguirei caracterizando aos demais membros do CC por suas características pessoais. Recordarei apenas que o episódio de Zinoviev e Kamenev em Outubro não é, naturalmente, uma casualidade, e que disso não se pode culpar pessoalmente, tampouco a

Trotsky pelo seu não bolchevismo.

Quanto aos jovens membros do CC, direi algumas palavras sobre Bukharin e Piatakov. São, a meu juízo, os que mais se destacam (entre os mais jovens), e se deveria levar em conta o seguinte: Bukharin não é só um valioso e notável teórico do Partido, senão que, além disso, é considerado legitimamente o favorito de todo o Partido; porém, suas concepções teóricas muito dificilmente podem qualificar-se de inteiramente marxistas, pois há nele algo escolástico (jamais estudou e creio que jamais compreendeu por completo a dialética).

Depois vemos Piatakov, homem sem dúvida de grande vontade e grande capacidade, porém, é atraído em demasia pela administração e pelo aspecto administrativo dos assuntos, para que se possa confiar nele um problema político sério.

Naturalmente, uma ou outra observação é válida apenas para o presente, supondo que esses dois destacados e fiéis militantes não consigam completar seus conhecimentos e corrigir sua formação unilateral.



Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, concluímos a exposição sobre a tática eleitoral desenvolvida por Lênin, por ocasião das eleições para a Duma, principalmente para IV Duma. Agora, verificaremos os motivos do fracasso da tentativa de unificação

entre as várias tendências originadas do Partido Operário Social-democrata Russo (POSDR). A iniciativa foi tomada pelo Comitê Executivo da Direção Socialista Internacional (II Internacional). A reunião ocorreu entre 16 e 18 de julho de 1914, em Bruxelas. A direção da II Internacional, tendo à frente Karl Kautsky, jogou a última cartada como árbitro das divergências e cisões, que separaram de um lado, os bolcheviques e, de outro, vários agrupamentos, que Lênin caracterizava de liquidacionistas ou oportunistas.

A bandeira de unificação, a essa altura, depois de cerca de onze anos de choques irreconciliáveis, que quase dizimou o POSDR, já não tinha sentido. Eis por que Lênin viu na iniciativa da II Internacional uma manobra voltada contra o bolchevismo e, em particular, contra sua própria liderança. Kautsky e seus aliados tinham claro que o partido de Lênin havia triunfado sobre todas as variantes do oportunismo, do liquidacionismo e do sectarismo. O bolchevismo, assim, se prenunciava como adversário das tendências revisionistas no seio da própria II Internacional. A manobra unificadora objetivava claramente conter o avanço do bolchevismo, cujos fundamentos internacionalistas confrontariam a adaptação da socialdemocracia alemã, principal força da II Internacional, ao capitalismo em decomposição.

Lênin não compareceu à reunião, mas elaborou um *"Informe do CC do POSDR à reunião de Bruxelas e instruções à delegação do CC"*. Com esse mandato, participaram Inessa Armand, M. F. Vladimírski e I. F. Popov. O ponto de partida foi o de refutar a posição de árbitro da II Internacional. Estava evidente para os bolcheviques a total impossibilidade da reunião de Bruxelas conduzir à unificação.

A Conferência de janeiro de 1912 havia criado as condições principistas, programáticas, táticas e organizativas para reconstituir o POSDR na forma do bolchevismo. E havia selado definitivamente a impossibilidade de recomposição com os divisionistas. Lênin recorda as etapas fundamentais desse embate, o enfrentamento ao economicismo de 1895 a 1902, ao menchevismo de 1903 a 1908, e ao liquidacionismo de 1908 a 1914. Mostra, como parte dessa experiência, o fracasso da unidade entre os próprios oportunistas e liquidacionistas, que criaram o Bloco de agosto de 1912 contra o bolchevismo. Essa unidade se espatifou rapidamente.

Lênin orientou a delegação bolchevique a demonstrar que vários agrupamentos (Comitê de Organização, formados de mencheviques; Comitê Regional do Cáucaso; Grupo de Plekanov; Bund; Grupo Borbá, identificados como trotskistas; Partido Socialista Polaco, etc.) tinham pouca presença na organização da classe operária russa ou nenhuma influência. Ao contrário, os bolcheviques apresentavam um balanço demonstrativo de sua organização e da penetração no proletariado. Ao mesmo tempo, o Informe do POSDR descrevia as divergências intransponíveis e a conduta dos liquidacionistas, que não apenas se uniam a posições burguesas no combate ao bolchevismo, como também se utilizavam das difamações.

A pauta da reunião permitia tratar dos problemas fundamentais do fracionamento do POSDR, constando de três pontos: 1) divergências programáticas, 2) divergências táticas; 3) problema de organização. No entanto, não poderia conduzir bem a reunião, uma vez que não passava de um reflexo da manobra montada pela direção da II Internacional em comum acordo com parte dos liquidacionistas.

Lênin previa que no campo da discussão abstrata se ocultaria a história das divergências, a importância das decisões das Conferências, e a conduta destrutiva dos adversários do leninismo. Inessa Armand pôde ler apenas uma parte do Informe da delegação bolchevique, uma vez que não foi autorizada a ler em sua íntegra. A condição fundamental para a unidade, segundo o Informe, iniciava com a exigência de princípios, que se assentavam nos acontecimentos que levaram às divisões. Os oportunistas (Plekanov, Martov, etc.) pretendiam desconhecer o passado. Assim, rechaçaram o Informe. Kautsky se colocou inteiramente do lado dos oportunistas. A unidade dessa ala contra o leninismo pressupunha subordinar os bolcheviques a uma decisão de cúpula. O que era, evidentemente, impossível.

O partido de Lênin era o único que de fato expressava o proletariado russo e encarnava o programa revolucionário. As tendências revisionistas, oportunistas e liquidacionistas não tinham futuro. Estavam fadadas a se constituírem em auxiliares da política burguesa. A unificação levaria à destruição do partido que, em outubro de 1917, dirigiria o proletariado, os camponeses e os soldados a tomarem o poder do Estado.

(Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)